



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

LUZIA SILVA DOS SANTOS

**A FUNÇÃO OPERATIVA DA LINGUAGEM:
A CONSTITUIÇÃO DA REALIDADE EM UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA**

BRASÍLIA

2018

LUZIA SILVA DOS SANTOS

**A FUNÇÃO OPERATIVA DA LINGUAGEM:
A CONSTITUIÇÃO DA REALIDADE EM UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Scheinkman Chatelard.

Coorientadora: Dr.^a Márcia Cristina Maesso

BRASÍLIA

2018

Banca examinadora:

Presidente: Prof.^a Dr.^a Daniela Chatelard - PCL / IP / UnB

Coorientadora: Dr.^a Márcia Cristina Maesso - PCL / IP / UnB

Membro: Dr.^a Eliana Rigotto Lazzarini - PCL / IP / UnB

Membro: Dr. Juliano Moreira Lagoas - UNICEUB

Suplente: Dr.^a. Deise Matos do Amparo- PCL / IP / UnB

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Daniela, pela compreensão, confiança e abertura com que recebeu a proposta desta dissertação e cujas problematizações me foram imprescindíveis para o desenvolvimento da minha pesquisa.

À Márcia, como coorientadora, pela atenção, dedicação e pontuações importantes.

Às colegas e professoras do grupo de orientação, em especial, Fernanda Maciel, pela discussão do texto e valiosas discussões.

Ao Guilherme Policena, pelo companheirismo nessa empreitada.

Desde aí, comecei a procurar-me — ao eu por detrás de
mim — à tona dos espelhos, em sua lisa, funda lâmina,
em seu lume frio.
(João Guimarães Rosa, 1962/2005, p. 79, O espelho)

RESUMO

SANTOS, Luzia. Silva. **A função operativa da linguagem: a constituição da realidade em uma perspectiva psicanalítica.** Dissertação Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Defesa da dissertação apresentada no dia 21/08/2018 ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Scheinkman Chatelard. Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Cristina Maesso. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2018.

Essa dissertação faz uma investigação sobre como se apresentam as especificidades psicanalíticas freudianas e lacanianas no que diz respeito a função operativa da linguagem na constituição da realidade. Tal pesquisa visa auxiliar para que atuações clínicas sejam problematizadas e repensadas à luz de construções psicanalíticas concernentes à temática. Esse trabalho se baseia no pressuposto de que a linguagem exerce um papel essencial na constituição da realidade. Nesse sentido o trabalho se estrutura em três capítulos: no primeiro articulamos os fundamentos metodológicos dessa pesquisa no que concerne aos pressupostos referentes à pesquisa em psicanálise, e, a partir disso, extraímos formulações que anunciam a ligação da realidade psíquica ao conceito freudiano de desejo; no segundo, pensamos o papel do significante na mediação frente ao desejo e ao Outro, balizados pela castração e pela interligação destes aos conceitos de complexo de Édipo, em Freud, e de Nome-do-Pai, em Lacan; no terceiro e último capítulo examinamos as articulações significantes na instauração das estruturas clínicas e discutimos a definição de realidade a partir dos três registros lacanianos, do simbólico, imaginário e real. Desse modo uma conclusão atinente, dentre outras extraídas dessa pesquisa, concebe que a linguagem exerce um papel constituinte, mas não determinante da realidade, que é entendida aqui como realidade psíquica; em outros termos, a leitura psicanalítica que fizemos não remete a uma superioridade do registro simbólico sobre os outros dois registros. Por fim, a função operativa da linguagem atesta que não há um referente para o nome.

Palavras-chave: Realidade Psíquica. Linguagem. Psicanálise. Freud. Lacan.

ABSTRACT

SANTOS, L. S. (2018) **The operative function of language: the constitution of reality in a psychoanalytic perspective**. Dissertation (Master's degree in Psychology). Defense of the dissertation presented on August 21, 2018 to the Post-Graduation Program in Clinical Psychology and Culture of the Department of Psychology of Universidade de Brasília. Advisor: Prof^ª. Dr^ª. Daniela Scheinkman Chatelard. Co-Advisor: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Cristina Maesso. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2018.

This dissertation investigates how Freudian and Lacanian psychoanalytic specificities are presented with regard to the operative function of language in the constitution of reality. Such research aims to help clinical activities be problematized and rethought in the light of psychoanalytic constructions concerning the theme. This work is based on the assumption that language plays an essential role in the constitution of reality. In this sense, the work is structured in three chapters: in the first, we articulate the methodological foundations of this research with regard to the presuppositions referring to research in psychoanalysis, and from this we extract formulations that announce the connection of psychic reality to the Freudian concept of desire; in the second, we think of the role of the signifier in the mediation of desire and the Other, marked by castration and their interconnection with the concepts of Oedipus complex in Freud and Name of the Father in Lacan; in the third and final chapter we examine the significant articulations in the establishment of clinical structures and discuss the definition of reality from the three Lacanian registers, from the symbolic, imaginary and real. In this way a pertinent conclusion, among others extracted from this research, conceives that the language exerts a constituent, but not determinant paper of the reality, that is understood here like psychic reality; in other words, the psychoanalytic reading we have made does not refer to a superiority of the symbolic record over the other two registers. Finally, the operative function of language attests that there is no referent for the name.

Key-words: Freud; Lacan; Language; Psychoanalysis; Psychic Reality.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 UMA REALIDADE OU UMA REPRESENTAÇÃO?.....	14
1. 1 Considerações metodológicas	15
1. 2 A realidade psíquica em Freud	22
1. 3 A percepção perpassada pelo desejo.....	30
CAPÍTULO 2 MÉTODO PSICANÁLITICO E O DIZER DO SUJEITO	37
2. 1 A cadeia significante como função e campo da realidade	37
2. 2 A estruturação da cadeia significante articulada pela metáfora e metonímia	43
2. 3 O significante primordial apresentado na função paterna.....	50
CAPÍTULO 3 A OPERACIONALIZAÇÃO DA LINGUAGEM NAS ESTRUTURAS CLÍNICAS.....	58
3. 1 A realidade em um viés estrutural	58
3. 2 A cadeia significante na neurose e, suas particularidades, na psicose.....	61
3.3 Nem tudo é linguagem: nomeação do imaginário e do real.....	69
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

INTRODUÇÃO

Mas há sempre coisas atrás de mim.
Sinto a sua ausência de olhos fitar-me, e estremeço.
Sem se mexerem, as paredes vibram-me sentido.
Falam comigo sem voz de dizerem-me as cadeiras.
Os desenhos do pano da mesa têm vida, cada um é um abismo.
(Fernando Pessoa, 1917/2011, p. 80)

Por meio de quais modos se constitui a realidade para o sujeito? O que podemos conceber de antemão é que essa questão não é simples e foi problematizada em diversas áreas de estudo. Isso porque ao considerarmos que os elementos que compõem a realidade para uma pessoa podem não estarem presentes para outras, como acontece muitas vezes em ilusões, alucinações e fantasias, acabamos por conceber que o conceito de realidade pode declinar ou se diferenciar de pessoa para pessoa e nos questionar como então se constitui a realidade para o sujeito.

O ser humano sempre buscou encontrar uma verdade sobre o mundo. Movido por essa busca, ele engendrou a transformação e o domínio do natural. Flusser (2007) coloca que essa obsessão pelo saber advém da necessidade em dar uma ordem as coisas por meio da construção de classificações e sentidos: um mundo caótico seria incompreensível e careceria de significado; mais devastador ainda seria admitir que a própria existência fizesse parte desse caos que compõe o universo. Para fugir a essa situação instituidora de desamparo, segundo o autor, o homem buscou estabelecer uma lógica e dar um sentido ao que é percebido, ou seja, nomear, governar e modificar o ambiente visando dar a ele um estatuto de real, de verdadeiro e, para isso, a linguagem foi usada como recurso.

Do mesmo modo, na tentativa de fazer uma inscrição do sem-sentido do real pela linguagem, foram sendo construídas grandes áreas de pensamento que fornecessem especulações, significações e sentidos à existência; nasceu assim a filosofia, a religião, a ciência, a arte, a psicanálise. Além disso, as disciplinas que trabalham com o conceito de realidade para atuarem na área da saúde, como a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise, utilizam noções paradigmáticas, distintas uma das outras, do que concebem como realidade e das intermediações entre o normal e o patológico para fundamentarem o modo como instituem o tratamento em saúde mental e a posição que dão ao psíquico nesse processo, ou seja, como trabalham com aqueles que não se adequam as normas, que sofrem, ou que demandam algo desses profissionais. Portanto, problematizar tais conceitos implica pensar o próprio fazer clínico.

Tomando um ponto de partida ao abordarmos essas questões, já podemos colocar de antemão que atualmente diversas pesquisas no campo psicanalítico vêm atestando que a percepção e a construção da realidade são influenciadas fundamentalmente pela linguagem. Em relação a esse direcionamento teórico, Freud escreveu diversas obras que problematizam como se estabelecem as relações dos indivíduos com a percepção e a realidade, deixando de caracterizá-las por um viés positivista, comum à época, como sinônimos de verdade, objetividade e real. É esse também um modo peculiar de pensar o normal e o patológico, que podemos vislumbrar nos seguintes textos de Freud: “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (Dementia Paranoides) relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)” (FREUD, 1911a/2010), “Comunicação de um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica” (FREUD, 1915a/2010), “A perda da realidade na neurose e na psicose” (FREUD, 1924a/2016), “Neurose e psicose” (FREUD, 1924b/2016). Em tais textos, um dos pontos que o criador da psicanálise nos faz pensar é que deveria haver uma profunda razão estrutural que exerceria um papel diferencial na organização ou desorganização na percepção da realidade.

Desse modo, as problematizações do conceito de realidade são milenares, principalmente dentro do campo da filosofia, mas a psicanálise inaugurou uma visão paradigmática criando um arcabouço teórico, por meio dos questionamentos clínicos, que abrange o desenvolvimento desse conceito. Discorrer sobre o conceito de realidade perpassado pela linguagem dentro do campo psicanalítico é complexo e envolve todo um estudo teórico, além de exigir um trabalho visando entender quais seriam essas especificidades do campo psicanalítico. Diante disso, a proposta da presente pesquisa seria tentar entender quais são esses arranjos teóricos e as especificidades no que diz respeito a função operativa da linguagem na constituição da realidade e, a partir disso, suas imbricações na conceitualização das chamadas estruturas clínicas freudianas – neurose, psicose e perversão.

A fim de perscrutar nossa proposta, inicialmente é importante refletirmos sobre a seguinte questão: é necessário descobrir se o que o paciente relata em análise aconteceu de fato ou não? A resposta a essa pergunta vai variar conforme a linha de pensamento utilizada para respondê-la. Pela via do direito, por exemplo, utilizando o Princípio da Verdade Real, se trabalha essencialmente com a veracidade e a comprovação objetiva e confiável dos fatos. Por outro lado, pela via da psicanálise, podemos citar Freud para responder a pergunta. Segundo o criador da psicanálise chega-se à resposta “não é tarefa do psicanalista”, uma vez que cabe à postura ética desse profissional equiparar fantasia e realidade, nas produções psíquicas dos pacientes, sem de início se preocupar se as vivências a serem esclarecidas são uma coisa ou outra (Freud, 1917/2014, pg. 489). Tal negativa se liga ao pressuposto de que fazer uma

demarcação precisa no discurso entre realidade e fantasia é uma tarefa impossível de ser realizada; isso porque as capacidades de percepção e julgamento dos indivíduos são inseparáveis de conteúdos subjetivos, psíquicos, sensoriais e culturais e, portanto, podem ser alteradas por ilusões, alucinações, deficiências sensoriais, delírios, doenças neurológicas, fantasias, concepções morais e éticas, etc. A resposta negativa para a pergunta anterior pode acarretar um julgamento no qual se pressupõe que a psicanálise desvalorizaria a comprovação objetiva dos fatos. Contudo, para além de investigar a ocorrência dos fenômenos, na abordagem psicanalítica cada um deles é escutado como efeito de um modo de discurso. Ou seja, ao invés de investigar o que é ou não uma alucinação, o psicanalista analisa, pela via do discurso, a posição que o sujeito ocupa frente ao outro e frente a própria fala.

Portanto, faz-se importante renunciarmos já de início à ideia da existência de uma realidade objetiva que sirva como referência para a classificação dos indivíduos como “normais” ou “loucos”. Contudo, deixar de categorizar indivíduos em diagnósticos não impossibilita que pensemos em estruturas, já que são maneiras distintas de abordar o problema. Falar em estruturas implica sempre um efeito arbitrário ligado à própria lógica de qualquer classificação, considerando que o real dos fenômenos clínicos apareça pelo viés da instauração de critérios seletivos simbólicos que, por acréscimo, o organiza. Assim, não objetivamos compreender a construção da realidade em termos de categorizações de comportamentos padrões, mas almejamos estudar as distorções como sintomas irremediáveis característicos da relação do sujeito com a cultura. Será considerado ao longo do trabalho que esses sintomas desempenham uma função sempre singular e estrutural, cujo traço se verifica na ligação com o outro.

O que nomeamos aqui como sintomas se referem às concepções freudianas que discorrem sobre as consequências de um fracasso na realização do desejo e também de se afastar dele. Isso porque, citando Freud (1930/2011), a inserção na cultura impede a realização das demandas individuais que são inconciliáveis a um bem comum, e todas as tentativas de negar o desejo ou as limitações para alcançá-las, culminam em distorções da realidade, que ocorrem tanto na neurose quanto na psicose e perversão. Assim, Quinet (2000) argumenta que podemos partir da ideia de uma construção da realidade, na concepção psicanalítica, envolta ao objeto de desejo e, ao mesmo tempo, ela é caracterizada por uma impossibilidade de satisfação por meio desse objeto à medida que estamos inseridos na cultura e perpassados pela linguagem. Desse modo, o que o sintoma nos indica é que o passado é atual e está intimamente ligado ao desejo (FREUD, 1930/2011). Considerando a formação do inconsciente freudiano nessa discussão, podemos dizer que o sintoma se apresenta por uma expressão metafórica do desejo, uma

metáfora onde se sustenta a articulação de uma lei simbólica. Desenvolveremos tais conceitos posteriormente.

Nesse sentido, essa dissertação é fruto da tentativa de arejar as bases constitutivas da psicologia assim como auxiliar para que atuações clínicas sejam problematizadas em terreno psicanalítico. Parte-se do pressuposto de que tais reflexões permitiriam articular e estabelecer posicionamentos da clínica psicanalítica considerando o dizer do sujeito sobre a sua doença e sobre seu modo singular de perceber o mundo. Pretende-se também contribuir para um maior número de pesquisas que contemplem o tratamento dos transtornos mentais, área que constantemente reduz o sofrimento psíquico a um processo mórbido e utiliza métodos curativos adaptativos e segregacionistas, o que termina por causar o silenciamento do sujeito.

É justamente visando ultrapassar esses entraves que a pesquisa em psicanálise, como método de investigação e tratamento, lida de modo peculiar com o que é concebido como contraindicação diagnóstica e patologização de percepções: do mesmo modo que o tratamento na neurose é pensado, também não devemos recuar no tratamento da psicose ou até da perversão. O que decide pelo engajamento em uma análise ou por sua recusa é a demanda do paciente, e não sua estrutura. Portanto, pensar as ligações do sujeito com a linguagem, o que remete também ao real, e as diferentes produções de realidades amparadas no significante é, concomitantemente, discutir as classificações clínicas, modos de escuta e intervenções em psicanálise.

Assim, objetivamos com o presente trabalho, refletir sobre como se apresentam as especificidades da perspectiva psicanalítica freudiana e lacaniana no que diz respeito a função operativa da linguagem na constituição da realidade. Os objetivos específicos são: a) pensar o que vem a ser uma pesquisa em psicanálise em uma metodologia qualitativa; b) analisar as teorizações psicanalíticas sobre a incidência da linguagem na percepção em um viés mais estrutural; c) refletir sobre o papel do significante na mediação frente ao desejo; d) articular os conceitos de Édipo e Nome-do-Pai ao posicionamento no simbólico e frente ao Outro; e) pensar as articulações significantes na instauração das estruturas clínicas; f) estabelecer as ligações entre a concepção de realidade e os conceitos lacanianos de simbólico, imaginário e real.

O trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro deles, intitulado “Uma realidade ou uma representação?”, discorre sobre a fundamentação teórica dos conceitos de percepção e realidade no âmbito da psicanálise articulados a metodologia proposta. O capítulo se divide em três partes. Na primeira são discutidos, no subtítulo “Considerações metodológicas”, fundamentações e conceitualizações teóricas no que se refere a metodologia teórica qualitativa em psicanálise. Será apresentado posteriormente, no subtítulo “A realidade

psíquica em Freud”, construções teóricas psicanalíticas sobre o conceito de realidade; assim, a concepção de inconsciente e realidade psíquica aparecem como construções inaugurais feitas pela psicanálise. Na última parte, “A percepção perpassada pelo desejo”, é exposta como o conceito do desejo inaugura um novo fazer clínico embasado em um arcabouço teórico que remete a formulações sobre a linguagem.

A partir daí, o segundo capítulo, intitulado “Método psicanalítico e o dizer do sujeito”, discorre sobre a constituição subjetiva produzida pela linguagem. No subtítulo “A cadeia significante como função e campo da realidade” é apontado o papel essencial do significante na configuração estrutural por meio da formação do que podemos chamar de cadeia significante. No segundo subtítulo “A estruturação da cadeia significante articulada pela metáfora e metonímia” é discutido como se produz a estruturação dos significantes em uma cadeia; em nosso estudo vislumbramos como se dá a ligação entre os significantes por meio do que Lacan chama como metáfora e metonímia, estando articulados ao desejo. No terceiro e último tópico do segundo capítulo, “O significante primordial apresentado na metáfora paterna”, é falado sobre um significante estrutural, um ponto de ligação, que liga toda a cadeia discursiva, que se refere à marca da castração e que é evocado pelo Nome-do-Pai.

Posteriormente, o terceiro e último capítulo, “A operacionalização da linguagem nas estruturas clínicas”, traz à luz a articulação entre o significante e as estruturas clínicas e, a partir disso, fundamenta a constituição da realidade por meio do entrelaçamento do simbólico ao imaginário e real. Ele é dividido em três partes, sendo que a primeira, intitulada “A realidade em um viés estrutural”, discute sobre como se dá a construção da noção de realidade no desenvolvimento teórico lacaniano embasado em uma via estrutural. A segunda parte, “A cadeia significante na neurose e, suas particularidades, na psicose”, discute as consequências da instauração do Nome-do-Pai na relação com a cultura, o que funda a neurose, e, especialmente, quando esse nome falha, inaugurando o que chamamos de psicose. Desse modo, é falado sobre as incidências estruturais da falta e da presença desse significante fundamental, que propicia a ligação entre linguagem e estruturas clínicas. Na terceira e última parte, “Nem tudo é só linguagem: nomeação do imaginário e do real”, nosso esforço é por abordar a questão da realidade composta não só pelo simbólico, mas também pelo imaginário e real, e de como se daria o “grampeamento” do sujeito à sensação de coesão de mundo. Tentaremos, assim, dar conta da tarefa referente à questão que estamos mobilizando, dispensando as pretensões de exaurir as interlocuções e nos esforçando para propiciar uma análise que faça jus aos empréstimos teóricos que se expressaram como significativos para a análise proposta.

Findada essa introdução da pesquisa, o percurso traçado permite adotarmos a seguinte visão paradigmática: não será tomado como base para análise um ideal de um funcionamento do sistema psíquico humano saudável (saudável no sentido de um completo bem-estar físico e psicológico), mas será estudado o sujeito, em seu modo fantasioso de estar vivo, de uma adaptabilidade impossível à sociedade, até porque a felicidade advinda do bem comum não lhe satisfaz. Renunciamos aqui, já de início, também a ideais positivistas que colocam a objetividade como sinônimo de realidade, isso porque partimos do pressuposto de que há algo de psíquico na percepção, um modo de dar sentido aos fenômenos que guarda algo das memórias de cada um e da relação estabelecida com o simbólico. Tais raciocínios implicam pensarmos que não há uma realidade unívoca, com a qual podemos nos deparar, mas permitem pensarmos a existência do que Freud concebe de realidade psíquica.

CAPÍTULO 1

UMA REALIDADE OU UMA REPRESENTAÇÃO?

Em relação a fundamentações do que vem a ser a realidade, há diversos olhares paradigmáticos visando defini-la. Os mitos eram uma das primeiras formas de explicação. Posteriormente a filosofia inaugurou um estudo teórico milenar sobre a temática, por meio do qual foi nomeada posteriormente como metafísica. As discussões nessa área foram se desenvolvendo e influenciando o próprio surgimento do movimento psicanalítico.

Desse modo, a realidade, segundo Flusser (2007), só existe como tal porque a língua a organiza. A sociedade é real como conversação, e o homem é real por ser um intelecto participante dessa conversação. Assim, a sociedade é a base da realidade e o homem é real somente como membro da sociedade. Além disso, a realidade não é fechada em si mesma; é sempre aproximativa e deformada, ou seja, incompleta. Portanto, *“a língua se revela como sendo a essência (e não o instrumento) da sociedade”* (Flusser, 2007, p. 42). Assim, diante de um real inapreensível, que não justifica a sua existência, o homem procura nas aparências uma estrutura linguística que possa familiarizá-lo e traduzi-lo. Mas, para funcionar, segundo o autor, essa estrutura precisaria ter duas características: permitir a fixação da aparência dentro de um esquema geral – um sistema de referência - e permitir a coordenação entre as aparências – um sistema de regras. Criam-se, então, manuais de etiqueta, moldes adequados para roupas, calçados, móveis, comportamentos, inventam-se códigos de diagnóstico de transtornos orgânicos e mentais; todo um script do modo correto e saudável para se viver.

Contudo, nesse ponto pode surgir uma questão: o que percebemos é fundamentalmente constituído por elementos subjetivos ou objetivos? - desde já abandonamos as concepções filosóficas puramente empiristas e racionalistas que tratam as percepções como unicamente provenientes do mundo sensível ou intelectual, internas ou externas. Assim, um novo modo de análise desse conceito seria pensar as interfaces psíquicas e materiais que atuam simultaneamente na organização ou desorganização do senso de mundo. Para isso, a percepção, como elemento captador, torna-se um conceito essencial à nossa temática. Antes de qualquer coisa, para abordarmos os modos de apresentações das especificidades da perspectiva psicanalítica freudiana e lacaniana na função operativa da linguagem na constituição da realidade, faz-se importante entendermos o que vem a ser e quais os fundamentos de uma pesquisa qualitativa em psicanálise.

1. 1 Considerações metodológicas

Visando atingir os objetivos propostos, partimos de um exame de pesquisa teórica em psicanálise, na qual utilizará como metodologia a seleção, leitura e interpretação de teses freudianas e lacanianas concernentes aos conceitos que abarcam a temática discutida - a qual engloba os conceitos de realidade, percepção e significante - assim como autores contemporâneos e comentadores, a fim de propiciar uma discussão e desenvolvimento teórico referente à questão-tema proposta. O desenvolvimento da pesquisa abarcará diversos textos de Freud e Lacan os quais trazem à luz um caminhar na argumentação com os desdobramentos teóricos que se fizerem necessários para o aprofundamento da questão tratada. Utilizamos a metodologia qualitativa em psicanálise para dar forma a nossa discussão e propiciar o encaminhamento cabível aos desdobramentos teóricos dos estudos desses textos. A partir dessa metodologia, cabe iniciarmos fazendo algumas considerações sobre as escolhas metodológicas no que concernem a: quais as características de uma pesquisa em psicanálise, como será feita a leitura e interpretação dos textos e o que se concebe como pesquisa qualitativa.

A fim de podermos pensar a pesquisa em psicanálise surge a questão se essa seria uma pesquisa de cunho científico ou não. Essa preocupação, no que concerne se a psicanálise é ou não uma ciência, nasce juntamente com seu surgimento. Freud inaugura a psicanálise num período de transição das concepções metafísicas sobre a percepção, no que diz respeito à mudança de paradigmas do sensível para o intelectual. Nesse contexto, Lagoas (2016) discorre que devido a ela surgir nesse momento de transformação filosófica e científica é que Freud almejava inicialmente o estabelecimento de um sistema *percepção-consciência* que fornecesse um modelo explicativo para as relações do aparelho psíquico com a realidade externa. Contudo, segundo o autor citado, a hipótese do inconsciente rompeu com os suportes epistemológicos racionais da física, da biologia, da psicologia e da medicina da época com a inauguração de modelos metapsicológicos para a explicação, investigação e tratamento de transtornos psíquicos. Quando Freud percebeu essa irremediável ruptura em suas referências científicas para que suas formulações continuassem a avançar, teve que inventar uma nova metodologia e inaugurar uma ciência da linguagem – ciência da linguagem no sentido de o fazer clínico psicanalítico ser construído a partir da fala do paciente.

Diante da característica na construção da história da psicanálise como campo teórico, citada no parágrafo anterior, o que podemos fazer então é nos valer desse campo de estudo como instrumento, ou mesmo método, para pensar a ciência, para refletir sobre a busca de conhecimento que se converte em busca de uma verdade, tal como se coloca em seu horizonte

como objeto a ser perseguido. É por isso que essa tentativa, mesmo atual, empreitada por autores para que a pesquisa em psicanálise se adeque ao discurso científico é vista como controversa por Birman (1994). Nesse âmbito o autor faz uma crítica justamente à tentativa de teóricos dessa abordagem se embrenharem em adequar a teoria a um modelo neopositivista. O autor coloca que, se nem mesmo o fundador da psicanálise se limitou a esse propósito em um momento histórico que era exigido essa nomeação positivista para propiciar validade a uma área, porque se limitar a tal empreitada agora? É desse modo que Birman (1994) afirma ser inconcebível que atualmente psicanalistas desconsiderem toda a luta travada em torno de instituir a psicanálise como um tratamento em saúde legitimado pelo saber e pela academia. É necessário, conseqüentemente, a um psicanalista subversão aos valores da época, subversão criativa pautada em teoria e clínica.

A fim de nos adentrarmos no fundamento de tais críticas para pensarmos como a pesquisa em psicanálise, podemos citar o aforismo “*o homem da ciência não existe, apenas seu sujeito*” (LACAN, 1966[1965, pg. 873), com o qual Lacan aponta que o sujeito da ciência mantém uma relação com o objeto. Lacan discrimina nessa narrativa as raízes de separações do discurso psicanalítico com os paradigmas positivistas que concebem que uma ciência deve ser neutra e trabalhar com o postulado de uma verdade a ser descoberta. Com essa ruptura, o psicanalista deixa de questionar se a psicanálise é ou não uma ciência e passa a problematizar se a ciência é capaz de comportar a experiência analítica em toda a riqueza que ela oferece no estudo. E se for, seria preciso pensar, então, em qual ciência caberia a psicanálise.

Tais teorizações nos implicam a pensar que não há um saber verdadeiro no discurso científico, mas, em contrapartida, existe um furo justamente onde se supõe o saber. Em uma posição de crítica a esse discurso científico que é amparado no saber e na compreensão, a psicanálise estuda uma realidade construída por memórias e por verdades incompletas; que teoriza que o sujeito nunca fala tudo sobre si mesmo, que sempre há algo do não dito, do não sabido, do que não se consegue simbolizar em palavras (LACAN, 1966[1965]1998). Portanto, podemos dizer que a ciência ignora a existência real das amarras subjetivas na medida em que propõe que um objeto seja estudado de modo impessoal, com a neutralidade em relação ao pesquisador; isso porque entendemos que há algo do sujeito em tudo o que o ele faz e opta, inclusive na fantasia de objetivação do mundo. Além disso, Guerra (2011) aponta que mesmo dentro da própria psicanálise podemos encontrar o que ele chama de uma espécie de sacralização que se exerce por meio de uma institucionalização rígida de técnicas e procedimentos, o que expressa uma transposição da própria neurose para os métodos de

tratamento. Portanto, as enunciações aqui referidas trazem e discutem a importância do constante questionamento da teoria e prática psicanalítica.

Mas qual seria então a posição do pesquisador na pesquisa teórica em psicanálise? Lacan (1955-1956/1988) faz uma contraposição a respeito da posição do psicanalista e do mestre frente ao saber: o mestre deixa de escutar e de ver e formula conclusões sobre fatos a partir do que ele acha que o outro quis dizer, do que ele acha que aquilo significa para o outro. Lacan alerta sobre a importância de um analista não compreender um fato, pois, por meio desse ato, perde-se o sujeito. Um entrave no tratamento da psicose está justamente em tentar compreender o delírio sobre um olhar e uma significação de um mestre. Podemos então entender que quando o pesquisador se coloca em uma posição de quem compreende, pode se desviar do cerne dos paradigmas de investigação em psicanálise.

É se debruçando sobre tais fundamentos pertinentes à pesquisa e a prática, que Bevidas (2014) discorre que a psicanálise é uma filosofia do discurso cujos fenômenos não apresentam uma existência material. Isso porque, segundo o autor, na pesquisa psicanalítica não se trabalha com critérios rígidos de experimentação, de observação, de verificabilidade ou falseabilidade; mas se concentra na busca de uma descrição qualitativa com uma teorização conjectural fundada sobre conceitos. Contudo, elaborar que a psicanálise trabalha com aspectos qualitativos não torna simples defini-la e utiliza-la como respaldo teórico na pesquisa. Problematicando definições, seria a psicanálise a clínica do Édipo? Ou aquela que sustentaria que, através da transferência, o analista seria o anunciante da verdade escondida nas profundezas da alma do paciente? Ou talvez ainda pudessemos dizer que seria a clínica da cumplicidade, numa luta contra os impulsos, objetivando um ego forte, sadio e adaptado?

Para nos ajudar a pensar em tais questões, Safra (1994) fala sobre os fundamentos da investigação analítica discorrendo que o método de pesquisa possível de se trabalhar em psicanálise é constituído pela clínica e pela teoria, que se relacionam de forma dialógica e complementar ao processo investigativo. Além disso, sustenta que não é pertinente atribuir maior importância a uma delas em detrimento da outra, pois uma característica dessa pesquisa – além de ter a linguagem como instrumento de trabalho - é a interlocução entre a clínica e teoria. Tal junção se faz essencial, segundo o autor, porque a clínica sem o processo de conceitualização teórica correria o risco de perder-se devido à ausência de um rigor metodológico e técnico. De modo oposto, a teoria sem a experiência clínica, poderia avizinhar-se dos pensamentos delirantes.

Contudo, se tornou relativamente comum uma certa rejeição ao debruçamento prioritariamente conceitual dentro do campo psicanalítico ao âmbito da pesquisa, sob a alegação

de que a psicanálise seria, antes de tudo, uma experiência clínica. Segundo Silva (2017), este tipo de argumento serviria para embasar a ideia de que, caso não seja guiada por uma pesquisa prática, a pesquisa exclusivamente teórica, em psicanálise, poderia ser posta sob a alcunha de uma abstração, dotada de um óbvio valor inferior. Para a autora, um ato consumado é que tanto Freud quanto Lacan estavam desde o início comprometidos com a clínica e que suas construções teóricas são maneiras um tanto quanto particulares, mas igualmente contextuais, de dar inteligibilidade aos fenômenos apresentados pela realidade de sua época. Assim, em ambos pode-se notar que o material clínico rege o tom daquilo que é produzido como construção teórica, o que parece embasar o fundamento das críticas e considerações que são feitas de maneira extrínseca a seu campo de problemas.

Contudo, faz-se importante salientar que pode ser uma conclusão apressada optar por um primado da prática sobre a teoria apelando para a origem clínica da psicanálise. Isso porque concebemos que toda prática profissional, quer se reconheça ou não, está orientada e embasada por uma matriz teórica que exerce uma importância fundamental para o direcionamento e para a condução de toda e qualquer prática e tratamento; por isso a teoria não pode ser relegada a cumprir um papel acessório ou secundário. Silva (2017) articula que é da delimitação do campo da psicanálise – refere, aqui, a teoria e a práxis – que se torna possível extrair seu valor, ainda que essa delimitação se mostre temporária, vindo a sofrer modificações. A autora sublinha, com isso, que o modelo teórico com o qual se trabalha cumpre a função de mostrar que a prática do psicanalista não parte do nada, não é ateórica, portanto. Assim, sua experiência está demarcada por fundamentos devedores de um determinado momento histórico e de certos problemas epistemológicos que vingaram em um dado contexto.

Sobre essa discussão, e que diz respeito diretamente a essa pesquisa já que ela é de cunho teórico, podemos ir também à Lacan no ponto em que ele enfatiza que a experiência clínica é indissociável da teoria ao afirmar que “se a psicanálise não for os conceitos nos quais ela se formula e se transmite, ela não é psicanálise, é outra coisa, mas então é preciso dizê-lo.” (Lacan, 1954-1955/1985, p. 23). [...] Além disso, para o psicanalista “a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam.” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 247). Portanto, a prática deve ser orientada por um norte conceitual e “não podemos deixar de pensar que a teoria da psicanálise e, ao mesmo tempo, sua técnica, que não formam senão uma única e mesma coisa,” [...] (Lacan, 1953/2003, pp. 11-12). Com isso, não estamos nos remetendo a dizer que toda a realidade tem de ser traduzida em palavras ou que a clínica tem de se adequar aos conceitos, mas de dizer que uma não exclui a possibilidade e a importância da outra.

Além disso, o que estamos pontuando com essas teorizações concerne que a pesquisa em psicanálise, como em toda construção teórica, ao ser posta à prova da experiência, o conceito é perpassado pela falibilidade e inacabamento; para Silva (2017), nisto se confere seu caráter indefinido e transeunte. A autora entende então que um trabalho teórico deve considerar os conceitos mais como pontos de chegada, isto é, como resultados de um processo anterior, do que como pontos de partida evidenciados. Assim, operar com conceitos requer o reconhecimento de sua função, ainda que indefinida, num dado contexto, que só nos parece poder ser abordada caso realizemos uma reconstituição minimamente satisfatória de seu processo formativo, nos desacostumando à impressão de naturalidade que eles eventualmente nos trazem, e levando em conta a interlocução prévia que a conquista de sua formação exige.

Além da construção de conceitos, outra característica da teoria em psicanálise se refere à especulação, é o que podemos vislumbrar quando vamos ao texto *Além do princípio do prazer*. Nele, Freud (1920/2010) nos oferece uma descrição singular do especulativo no discurso analítico: trata-se de “explorar uma ideia até o final, apenas para saber aonde ela pode nos levar” (p. 149). Segundo Lagoas (2016), o pensamento freudiano traz a marca do especulativo e a experiência inaugurada por Freud – que é a do inconsciente – é de tal modo estruturada por algo de artificial que não conseguimos dar conta de seus aspectos essenciais sem nos colocarmos minimamente no interior do movimento especulativo e de construção teórica no qual ela se constitui.

Em relação ao instrumento de trabalho da pesquisa em psicanálise, Soler (2012) expõe que o inconsciente é, nesse contexto, o que permite a singularidade da fala: não se fala sem palavras, não se pensa sem palavras. A partir disso, podemos pensar a pesquisa em psicanálise também como a clínica do significante perpassado pelo indizível, por aquilo que o sujeito não pode simbolizar. Partindo também da linguagem como instrumento de trabalho, Garcia-Roza (1991) propõe que um método possível para a pesquisa em psicanálise seria tentar extrair algo que está nos meandros do texto, sua própria textualidade. Com tal fala, ele defende a releitura como umas das prerrogativas desse método, em oposição ao comentário – isso porque, nesse segundo, o autor, por meio de um distanciamento, se defende do acaso, do novo, atendo-se ao processo secundário. Por outro lado, a releitura possibilitaria o acesso ao processo primário, possibilitaria observar as singularidades, o que está nas entrelinhas, o conteúdo latente do texto, de forma transformadora e promovendo, no leitor, novas tentativas de escritura. O autor relaciona que a escuta, em geral, está relacionada a esses fundamentos de escrita já que, é na mesma medida da escuta na prática clínica, que podemos fazer a escuta na textualidade do texto, ampliando as possibilidades e ensejando a emergência de um pluralismo de sentidos, do novo.

A fim de não se perder o rigor metodológico pautando seu desenvolvimento em intuições, Elia (2004) também cita como saída a construção do arcabouço teórico a partir da releitura. Para Elia (2004), a releitura de um autor não implica uma repetição de frases e aforismos, mas, deve-se compreender que retornar a um lugar de dizer não é repetir os ditos, mas, segundo o autor, refazer o caminho para saber a direção e aí poder dizer do novo.

Ao falarmos de escuta na escrita, conforme citado anteriormente por Garcia-Roza, podemos citar Mezan (2006), que evoca o termo utilizado por Freud em alemão *gleichschwebende Aufmerksamkeit* (uma atenção equiflutuante, equisuspensa) para destacar a importância de, na releitura, dar igual valor a todos os elementos do texto, quais sejam as notas de rodapé, a disposição do título, etc. Trata-se de achatar os elementos do texto para o mesmo plano, sem dar a qualquer um deles maior ou menor valor. Para Mezan (2006), de forma análoga à situação analítica, o que se pretende com isso é transpor para o plano da discursividade o que mais se aparenta ao desejo do autor.

Além dessa junção entre teoria e prática, pensar a pesquisa em psicanálise resulta necessariamente discutir a implicação do psicanalista frente a seu objeto de estudo, ou seja, pensar a transferência. Sobre esse assunto, Bevidas (2014) argumenta que analisar a transferência deve ser considerado para além das pesquisas pautadas em um viés analítico, pois qualquer saber, de qualquer ordem, tem a transferência como condição da condição humana. A transferência é, assim, vista como inseparável de qualquer processo humano, seja ele clínico, teórico ou de pesquisa. Por isso, para o autor, é importante considerar que as transferências irão surgir na pesquisa e elas devem ser problematizadas e trabalhadas à luz de uma utilização crítica dos conceitos a fim de que o objeto de estudo não seja reduzido a uma visão do pesquisador.

No que se refere a abrangência da transferência no arcabouço teórico, Bevidas (2014) sublinha a importância de se evitar o excesso transferencial, que ocorre muitas vezes pela crença dogmática em autores da área. O autor discorre que, muitas vezes, ocorre esse excesso quando estudiosos da psicanálise ficam ao que ele chama de submissão pânica, condição a qual os pesquisadores situam os discursos de Freud e Lacan no lugar do inquestionável. A partir disso, ele enuncia então que, quando se dá essa situação, ocorre uma modalidade da transferência do analista-pesquisador que resulta em uma *identificação fascinada*, um *assujeitamento imaginário* e uma *alienação aos ditos do Outro*, que são incoerentes ao que se espera de um estudo embasado numa abordagem crítica. A consequência mais imediata dessa dependência da teoria à transferência é que novos conceitos acabam tendo poucas chances de entrarem na discursividade ocasionando o impedimento de influências conceituais, impossibilidades de questionamentos de equívocos conceituais e reformulações teóricas.

Além de discutirmos os fundamentos de uma pesquisa em psicanálise e sua metodologia – embasada aqui em uma pesquisa teórica que tem como procedimentos trabalhar com releituras, fazendo uso de uma escuta, sem desconsiderar a transferência e questionando e criticando as próprias teorizações – nos cabe entender o que concebemos aqui como pesquisa teórica qualitativa. Nogueira (2004) defende que a pesquisa científica implica uma teoria como base e um método como procedimento. A partir disso, a teoria funcionaria como forma de produção do pensamento humano, fornecendo um conjunto coerente de regras que visam explicar um conjunto de fatos. Podemos pensar então que a pesquisa teórica pode ser considerada, além de abranger outros aspectos, como uma forma de produção do pensamento humano almejando compreender o fenômeno estudado. Para a autor, o modelo teórico é uma representação lógica abstrata, utilizada para explicar fenômenos específicos que têm como proposta a ordenação dos seus elementos segundo uma configuração que lhe é própria. Assim, a pesquisa teórica pressupõe um conjunto dinâmico cuja característica essencial é ser refutável. Tais características mencionadas são coerentes ao que pudemos ver sobre a pesquisa em psicanálise e pretendemos considerá-las nessa empreitada.

Falando mais especificamente sobre a pesquisa qualitativa, Aillo-Fernandes, Ambrosio e Vaisberg (2012) pontuam que ela se caracteriza por exigir a explicitação de pressupostos teóricos em uma perspectiva diferente do positivismo no sentido de discordar de uma ideia de neutralidade e objetividade em uma observação clara e imediata do objeto pesquisado. Além disso, para os autores o rigor na pesquisa qualitativa decorre do cultivo da explicitação dos pressupostos e nunca da defesa da possibilidade do desapego total de todo e qualquer pressuposto. Em uma análise da articulação da teoria com a pesquisa qualitativa em psicanálise, os autores ainda fundamentam que há uma ausência do referencial psicanalítico no campo das pesquisas qualitativas, e quando tal referencial comparece, figura como uma doutrina, um corpo teórico fixo e estabelecido ao invés de ser visto por um viés de método investigativo. Isso revela que muitos psicanalistas identificam sua área de estudo e prática a um conjunto estabelecido de doutrinas, adentrando em campos do dogmatismo que podem ser associados a ideias de desconsideração e invalidação da expressão do outro. Ao invés disso, partimos da ideia de que todo estudo em psicanálise que se queira crítico deve renunciar a converter seu objeto de estudo em reproduzidor de um discurso dominante enveredando em ideias dogmáticas; deve-se partir, da renúncia da autoridade baseada na convencionalidade dos significados instituídos.

De acordo com o que pudemos ver até aqui, para o pesquisador, dissertar pode englobar formas de recriar, reinventar, resignificar, embasados na conversação e discussão com o Outro. Ao mesmo tempo, faz-se importante prezar por um rigor teórico orientado por um norte

conceitual. Mas isso não significa que pretendemos, com tais fundamentações, tentar recobrir o real com palavras ou conceitos. Trata-se simplesmente de não desvalorizar a teoria em prol da clínica, ou vice-versa. Ainda que a tessitura metodológica que nos propomos a desenvolver em cada capítulo privilegie os textos selecionados a cada um dos períodos que circunscreve as questões que propomos trilhar, não iremos prescindir de textos e escritos anteriores/posteriores, caso eles nos sejam úteis para elucidar algum aspecto a ser tratado.

A argumentação que sustentamos tem uma aposta de que é justamente em cada oportunidade que a teoria está sendo utilizada que ela se reconstrói, não mais contribuindo como hermenêutica ou mestria para transformar, mas usufruindo da prática para transformar-se em cada instante (FREUD, 1912/2010). Em consonância a argumentação mencionada, essa pesquisa tem como objetivo atuar como motor de uma causa – o problema central do trabalho - e como efeito de um desejo ancorado por uma forma de linguagem: o desejo pela busca de um saber. Desse modo, tentaremos dar conta da questão proposta no trabalho dispensando as pretensões de exaurir as interlocuções e nos esforçando por propiciar uma abordagem que faça jus aos empréstimos que nos parecerem realmente significativos.

1. 2 A realidade psíquica em Freud

Em que medida as problematizações referentes à percepção e ao conhecimento dizem respeito ao psicanalista? A psicanálise, desde o princípio, questiona e se posiciona frente às investigações dos conceitos de percepção e realidade. Como vimos, Freud tentou adequar sua teoria aos paradigmas científicos racionais da época e, justamente, ao vislumbrar o fracasso dessa empreitada, tomou um rumo que terminou por colocar em cheque os princípios cartesianos da época. Por outro lado, Lacan (1937, citado por Soler, 2007), discorre sobre a radicalidade das linhas de pensamento dos dois primeiros momentos da filosofia (empirismo e racionalismo) e as coloca como avesso uma da outra - ou seja, como equivalentes - em função de elas partilharem de um mesmo fracasso: a incapacidade em explicar o fenômeno da alucinação. A alucinação, que é concebida em uma abordagem positivista, como uma percepção sem objeto, torna mais complexo o conceito de realidade e questiona a função dos órgãos sensoriais.

Esse fracasso, segundo Lacan (1966[1958]1998), se dá à medida que essas teorizações filosóficas carregam o paradigma de que quem percebe a realidade é responsável por sua

percepção. Mais especificamente, elas dizem que existe um objeto real a ser percebido e que esta seria a função da percepção. Além disso, consideram que a consciência recebe do real uma diversidade de sensações, as quais só se elevam a unidade de percepção sob a condição de que quem percebe introduza ordem na dispersão. Portanto, de acordo com o discursar de Lacan, o que vemos é uma emissão de um juízo de valor relacionado à descrição de como nosso corpo funciona, o que acaba por produzir uma prova da realidade, uma prova da percepção normal. Por fim, referindo-se a estes campos da filosofia mencionados, Lacan (1966[1958]1998, p. 538) afirma que “mesmo admitidas as alternâncias de identidade do *percipiens* (intuição sensível), a função constitutiva da unidade do *perceptum* (representação) não é discutida”. Conseqüentemente, a diversidade da percepção só é aceita se for respaldada pela consciência, sendo imposta a ela uma percepção unívoca da realidade.

Desse modo, a fenomenologia que Lacan crítica, trabalha por dar uma significação ao perceber visando fundamentalmente fornecer uma compreensão dos fenômenos e disseminar, a partir disso, verdades. Contudo, as construções delirantes rompem com o sistema de compreensão, furam o saber e o apresenta como mera significação no meio de muitas outras possíveis: esse é um dos motivos pelo qual a narração de delírios e alucinações causa tanto estranhamento e remete a maioria dos teóricos a uma exclusão da escuta sobre o indivíduo. Podemos vislumbrar, então, a superficialidade em deduzir que há modos iguais de apreensão ou uma percepção/conclusão unívoca - nesse sistema a percepção acaba por ser transformada em morbidez e, conseqüentemente, tira-se o sujeito do campo de estudo ou o coloca como doente a ser investigado. Seguindo por outra via, a psicanálise deixa de pedir provas da não existência ou existência de determinado modo de ver e passa a tentar entender o que a percepção tem a dizer sobre o sujeito, como o mundo é organizado em seu psiquismo, o que é produzido dele a partir das cadeias significantes e, conseqüentemente, fundamentando, em pressupostos lacanianos (LACAN, 1964/1998), que é no campo do Outro que o sujeito se constitui.

Desse modo, a psicanálise traz que o estudo da relação com a cultura, e mais particularmente com a percepção, tem de ser articulado ao funcionamento do aparelho psíquico. Esse fundamento nos remete, desde já, a um conceito central em Freud que é o do inconsciente (*unbewusste*), em contraposição a uma consciência de ações. Freud nos apresenta em toda a sua obra que o psiquismo não se reduz ao consciente e a hipótese da existência do inconsciente é concebida por ele, em 1915, nos seguintes termos:

A suposição a respeito da existência do inconsciente é necessária e legítima. Ela é necessária porque os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas, tantos nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com frequência atos

psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais não obstante, a consciência não oferece qualquer prova. Estes não só incluem as parapraxias e os sonhos em pessoas sadias, mas também tudo aquilo que é descrito como um sintoma psíquico ou uma obsessão nos doentes (FREUD, 1915/2010b, p. 77).

O autor explana, assim, que processos de pensamentos complexos podem se desenvolver sem necessariamente se fazerem presentes na consciência. Desse modo, os fenômenos lacunares na consciência representam a existência da necessidade de uma lógica para explicá-los, lógica topograficamente e formalmente diferente da utilizada para explicar os fenômenos da consciência.

O início das teorizações referentes à apresentação entre consciente e inconsciente, como objetos de estudo da psicanálise, é chamado de primeira tópica freudiana. Sobre esse tema, Freud nos fala que *“a consciência abrange apenas um conteúdo mínimo, de sorte que a maior parte do que denominamos conhecimento consciente deve, de qualquer maneira, achar-se em estado de latência por longos períodos de tempo”* (FREUD, 1915b/2010, pg. 77), ou seja, em um estado de inconsciência psíquica.

Para Freud (1915b/2010), as ideias são resultado de investimentos de libido dos atos psíquicos inconscientes e são desconectadas deles por meio do processo de repressão. Essa desconexão faz com que as ideias separadas adquiram, então, um outro princípio de ligação; é esse processo que vai determinar as formações do inconsciente, formações que aparecem nos sonhos, chistes, atos falhos, sintomas.

Freud (1915b/2010) nos fala que geralmente os atos psíquicos passam por duas fases em relação ao seu estado e no que diz respeito a seu exame, ou, censura: na primeira eles pertencem ao sistema inconsciente, e, se no exame, ele são rejeitados pela censura, não conseguem passar para o sistema consciente, conseqüentemente ele é reprimido e tem de permanecer na inconsciência; saindo-se bem no exame, ele entra na segunda fase, a que Freud chama de sistema consciente - mas não se pode dizer que esses atos são conscientes, mas capazes de consciência. Tendo em vista essa capacidade de consciência, o psicanalista chama o sistema consciente também de pré-consciente.

Sob o ponto de vista dessas formações, o inconsciente então pode ser concebido como um processo psíquico e sua existência só pode ser expressa por meio de seus efeitos. Isso implica dizer que comprovações anatômicas de localização do inconsciente em sistemas cerebrais são um hiato não preenchido, e que nem caberia à psicanálise fazê-lo, pois não é possível se realizar uma topografia anatômica com esse objetivo. A tentativa de validar esse conceito por um órgão físico que o justifique acaba por se tornar um discurso da compulsão por

substancialização. Ao invés de apelar a esse discurso positivista, podemos dizer que o conceito do inconsciente é resultado de um conjunto de hipóteses sobre um conjunto de efeitos que se replicam a esses efeitos. Assim, esse emaranhado de fenômenos psíquicos passa, a partir de Freud, a ser objeto de estudo para a psicanálise.

Uma relação entre o inconsciente e o aparelho psíquico, descritas em Freud (1915c/2010), aparece na obra *Os instintos e seus destinos*, na qual o autor articula que entre o representante da excitação e o representante da ação há uma rede composta por muitos outros significantes tecendo a trama do aparelho psíquico. Contudo, a energia libidinal não circula da mesma maneira perante todos os representantes da rede, pois eles podem se organizar de modos distintos: podem se conectar a um único representante em forma de cacho, chamado condensação, ou agruparem em conexões lineares, chamadas de deslocamento. Uma das características dessas duas leis é que elas são orquestradas por associações de ideias e estão baseadas no retorno a traços mnêmicos de satisfação. Freud (1915a/2010), então, apresenta que o inconsciente funciona em uma articulação dessas tramas.

Para resumir, podemos citar as características básicas que Freud, então atribui ao inconsciente em seu texto *O inconsciente* (1915b/2010). Freud traz que o amago do inconsciente “consiste de representantes instintuais que querem descarregar seu investimento, de impulsos de desejo” (FREUD, 1915b/2010, pg. 94-95). Esses impulsos instintuais são coordenados entre si, coexistem sem influência mútua, não contradizem uns aos outros. Quando dois impulsos de desejo são ativados ao mesmo tempo, e suas metas nos parecem claramente incompatíveis, os dois impulsos não subtraem algo um do outro ou eliminam um ao outro, mas concorrem para a formação de um objetivo intermediário, um compromisso. Além disso, os processos do sistema Ics são atemporais, isto é, não são ordenados temporalmente, não são alterados pela passagem do tempo, não têm relação nenhuma com o tempo. A referência ao tempo também se acha ligada ao trabalho do sistema Cs. Os processos do Ics tampouco levam em consideração a realidade. São sujeitos ao princípio do prazer; seu destino depende apenas de sua intensidade e de cumprirem ou não as exigências da regulação prazer-desprazer. Resumidamente, os processos do sistema inconsciente apresenta ausência de contradição, processo primário (mobilidade dos investimentos), atemporalidade e substituição da realidade externa pela psíquica.

Lacan (1955-1956/1988), ao realizar uma releitura sobre o conceito freudiano de inconsciente, faz uma articulação imprescindível ao desenvolvimento da temática dessa pesquisa ao afirmar que o instrumento de trabalho do psicanalista é a fala e que, por isso, o lugar do inconsciente é precisamente na linguagem. Foi desse modo que ele desenvolveu a tese

de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem; com isso ele diz que o mesmo nível de existência do inconsciente é o nível de existência da linguagem, ambos se apresentando com suas regras, condicionalidades, semânticas. Neste quesito, Freud também reconhece a Lei Simbólica como motivação central no inconsciente quando fala de complexo de Édipo no texto “O declínio do complexo de Édipo” (FREUD, 1924b/2016), discorrendo que é através das nomações da parentela e das proibições de incesto que o fio das linhagens é acionado, sendo, idêntico à ordem da linguagem. Portanto, pensar o inconsciente estruturado como uma linguagem implica dizer que ele aparece em cada palavra, em cada ação do sujeito, nos sintomas e nos fenômenos elementares, independentemente se é pela via da neurose, psicose ou perversão.

Nesta direção, Lima, Apel e Oliveira (2016) pontuam que os primeiros conceitos de Lacan que sustentam a hipótese de um inconsciente estruturado recebem seu aval linguístico a partir da teoria de Roman Jakobson (1969) sobre a afasia, na qual esse último descreve que todo distúrbio afásico pode ser reduzido a dois tipos básicos: ou são distúrbios da similaridade (metafóricos) ou são da contiguidade (metonímicos), que equivalem, em Lacan (1955/1956/1988), aos conceitos de condensação e deslocamento apresentados por Freud como mecanismos básicos do trabalho do sonho.

Contudo, nas palavras de Elia (2004), embora essa proposição fundamental e primeira de Lacan, associada a seu ensino oral e que dá início aos seus seminários, concerne diretamente ao inconsciente, mais tarde, Lacan (1964/1998) virá a dizer que esta fórmula, que se tornou um lema de seu ensino, é redundante: tudo o que é estruturado, o é como uma linguagem, bastando, assim, dizer: "o inconsciente é estruturado". Dizer, portanto, que o inconsciente é estruturado, ou seja, que ele é como uma linguagem, é dizer que o inconsciente constitui o sujeito e é regido pela ordem do significante.

Portanto, Freud formulou a hipótese do inconsciente ao se dar conta de que os comportamentos humanos não obedecem a uma lógica racional e adaptativa de evitar situações que tragam sofrimento e se engajar em atos que propiciem bem-estar, benefícios ao próximo, enfim, atos saudáveis e civilizados. Isso porque, se o ser humano estaria predestinado ao progresso ou bastaria que fosse educado para que isso ocorresse, como explicar todo tipo de comportamentos egoístas, destrutivos, não adaptativos, que sempre estiveram constantes mesmo após milênios de evolução humana? Eles não parecem ter chegado a pontos conciliatórios ao longo do tempo, o que nos mostram que são uma característica humana muito mais autobiográfica do que o indivíduo quer admitir. Afinal, conforme enfatiza o Homem do Subsolo, “[...] o homem, seja ele quem for, sempre e em toda parte gostou de agir a seu bel-

prazer e nunca segundo lhe ordenam a razão e o interesse [...]” (Dostoievski, 2000, p. 39). Mas que tipo de prazer é esse que move as ações? Teria que haver então outra explicação para esses comportamentos, que parecem ser incompreensíveis a uma lógica adaptativa e assertiva.

É aí que Freud (1915b/2010) propôs o novo tipo de funcionamento psíquico, coerente em si mesmo e com suas próprias leis. O inconsciente é resultado das memórias e dos desejos recalçados, por envolverem tabus e comportamentos não aceitos socialmente. Freud percebeu que o melhor modo para se ter acesso ao inconsciente é pela via da linguagem, utilizando a técnica essencial da psicanálise, que é a associação livre. Com isso Freud, conforme Lagoas (2016), retoma o problema do sentido no campo da racionalidade ao oferecer um tratamento científico à “linguagem da percepção” para dar-lhe uma realidade própria. Assim, é importante destacarmos que, apesar de o inconsciente não ser explicado pela lógica positivista, ele tampouco é teorizado como caos, mistério, ilogicidade, nem como o local da vontade em estado bruto. Portanto, faz-se importante não o articularmos a uma irracionalidade, já que, segundo Lacan (1966[1957]1998), seus conteúdos, nobres ou vulgares, são perfeitamente articulados em suas leis; seu funcionamento se dá de forma tão elaborado quanto a nível consciente, fato que o faz perder qualquer privilégio.

Desse modo, para a construção de seu apanhado teórico, ao invés de tentar compreender os fenômenos psíquicos a partir de um sistema de referências dado - como atualmente é feito por manuais de transtornos mentais, por leis de associação, suporte físico e substrato biológico, o que deveria levar fatalmente à recusa de alguns deles como desprovidos de realidade - Freud adota outra atitude: introduz uma ordem de determinação racional daquilo que se apresenta como irreal, fornece uma explicação (teorizando sobre o conceito de inconsciente) que funciona como um significante – é assim que Lacan (1955-1956/1988) conclui que o freudismo não é um irracionalismo; mas sim um racional atrelado a linguagem, diante da qual o homem “é mais vítima do que o senhor, e pela qual ele é de antemão condenado” (p. 282). Portanto, falamos de uma lógica do funcionamento do inconsciente e em como esse conceito vai contra a pressuposição superpotente de que somos senhores de nossa própria casa, que temos o domínio sobre nossa mente e corpo: a utopia do autoconhecimento.

Nesse sentido, a psicanálise se particulariza em relação a boa parte da psiquiatria, já que a especialização médica tenta o avesso de uma crítica à explicação ao visar produzir uma compreensão/verdade encapada por um saber sobre o indivíduo; e a psicanálise, por outro lado, nos ensina que compreender (no sentido de saber) o sujeito é deixar de ouvi-lo, tapar nossa audição achando que entendemos mais sobre ele do que ele próprio (Lacan, 1955-1956/1988).

A partir da hipótese do inconsciente, o conceito de realidade psíquica nos traz um desenvolvimento imprescindível para a pensarmos a noção de realidade dentro do âmbito psicanalítico. Freud aborda a questão da existência de diferentes tipos de realidades no “Projeto de uma psicologia” (FREUD, 1950[1895]2003). Posteriormente esse conceito aparece no texto “A interpretação dos sonhos”, no qual Freud (1900/2012) afirma que o inconsciente é o local da realidade psíquica e estabelece que ela se diferencia do que ele chama de realidade externa, ou material. Para Freud, a realidade material seria o campo no qual o sujeito age e sofre a ação, no qual está tanto o limite para os seus desejos quanto também os meios para tentar satisfazê-los.

No decorrer do desenvolvimento dessa teorização, com a análise que faz do caso Schreber, Freud (1911a/2010) apresenta como interpretação da paranoia que o “perseguidor” de Schreber estaria representando pessoas que teriam sido muito significativas em sua vida pré mórbida, que seriam as figuras do pai e do irmão e, posteriormente, do médico Flechsig. Além disso, a ideia do delírio é, nesse texto, descrita como um modo de reconstrução do mundo em substituição a uma realidade que se apresenta como insuportável. Assim, a formação delirante seria uma tentativa de cura, um processo de reconstrução da realidade. A semelhança que Freud (1911a/2010) vê na sua teoria da realidade com as descrições de Schreber em seu delírio, vai leva-lo a nos apontar que ficará para o futuro decidir se há mais delírio em suas teorias ou se há mais verdade no delírio de Schreber do que os pesquisadores estariam preparados para admitir.

Posteriormente, no texto Formulações sobre dois princípios do funcionamento psíquico, Freud (1911b/2010) discorre sobre a tendência neurótica da perda de uma função do real. Tal análise sobre a realidade vai se desenvolvendo no texto por meio da articulação de que também a psicose envolve uma perda da realidade, o que expressa a existência de uma significação psicológica do mundo (Freud, 1911b/2010). O texto expõe que os princípios do prazer e da realidade estão na constituição da realidade psíquica.

Essas duas instâncias não são contraditórias em si, mas atuam juntas na interação do sujeito com o mundo. Essas duas instâncias estão estruturadas nas pulsões sexuais e de auto-conservação. De acordo com Freud (1920/2010), o princípio do prazer se encontra mais ao lado do Id, conseqüentemente, das satisfações pulsionais de forma imediata. É no princípio do prazer que os sujeitos se encontram submetidos a seus desejos, é ele que dá o sustentáculo e engloba o princípio da realidade. Por outro lado, o princípio da realidade estaria mais atrelado ao ego e visaria obter satisfações evitando a insatisfação e tentando estar em conformidade com as normas civilizatórias. Freud concebe que o princípio da realidade é um princípio de atividade

psíquica no qual “não se imaginava o que era agradável, mas sim o que era real, ainda que fosse desagradável” (FREUD, 1911b/2010, p. 85).

Além disso, Freud (1911b/2010) discorre que ao longo do desenvolvimento humano, com a introdução do princípio da realidade sob o que antes funcionava pelo princípio do prazer, “dissociou-se um tipo de atividade do pensamento que permaneceu livre do teste da realidade e submetida somente ao princípio do prazer (p. 85)”, deixando de lado a sustentação em objetos materiais; ou seja, fala-se aqui da fantasia a qual, na vida adulta, prossegue como devaneio. Posteriormente Freud (1920/2010) discorre que a dominância psíquica do princípio do prazer se mantém mesmo após o advento do princípio da realidade e faz com que esse último funcione como uma espécie de proteção e de adaptação do prazer às condições impostas pela civilização em detrimento do funcionamento primário do aparelho psíquico. É por isso que parece manifestar-se nos seres humanos um tenaz apego as fontes de prazer disponíveis e uma dificuldade em renunciar a elas.

Assim, a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade “não se efetua de uma só vez e simultaneamente em todos os pontos” (FREUD, 1911b/2010, p. 86). Isso implica dizer que há algo do desejo nas fantasias, assim como nos delírios; algo que impossibilita atingir os objetivos mecânicos, lógicos e racionais, e que pode ser pensado considerando esses desdobramentos dos dois princípios. Sobre a relação estabelecida entre esses dois conceitos. Freud desenvolve ainda:

Assim como o Eu-de-prazer não pode senão *desejar*, trabalhar pela obtenção de prazer e evitar o desprazer, o Eu-realidade necessita apenas buscar o que é útil e proteger-se dos danos. Na verdade, a substituição do princípio do prazer pelo da realidade não significa a deposição do princípio do prazer, mas a sua salvaguarda. Abandona-se um prazer momentâneo, incerto quanto a seus resultados, para ganhar, no novo caminho, um prazer seguro, que virá depois (FREUD, 1911b/2010, p. 87).

Esse desenvolvimento teórico assinala que as escolhas objetais, as deformações, os sintomas, enfim, o modo como o Eu lida com a sociedade é permeado e influenciado pelos princípios de satisfação pulsional. Desse modo, as próprias leis da cultura são concebidas como meios de se aproximar do objeto de desejo, circunscrevê-lo, apesar de terem de ser feitas pela via simbólica. Além disso, para Freud (1911b/2010), a mais surpreendente característica dos processos inconscientes consiste em que neles a prova da realidade não conta: a realidade do pensamento é equiparada a realidade externa, e o desejo à realização, ao acontecimento, tal como sucede ao princípio do prazer.

No texto “Totem e Tabu” (FREUD, 1913/2012), o termo realidade psíquica vai sendo concebida como a realidade do inconsciente, aparecendo como núcleo irredutível do psiquismo, como o registro dos desejos inconscientes. Nesse ponto, a realidade psíquica pode ser pensada como produto de uma ordem de funcionamento do sujeito. Assim, ao formular o termo realidade psíquica, Freud suspende a correlação entre objeto e mundo externo e entre realidade e mundo interno a fim de desfazer a dicotomia tradicionalmente empregada, pelo empirismo e pelo intelectualismo, de mundo interno versus mundo externo. Com isso, Freud questiona os próprios poderes da racionalidade científica.

Portanto, a realidade psíquica é demarcada pelo inconsciente e funciona de modo distinto dos parâmetros racionais e lógicos convencionais à realidade exterior. Adentraremos agora no estudo da complexidade da constituição da realidade psíquica envolta por uma percepção estruturada pelas relações estabelecidas com a cultura e dominada pelos impérios do desejo.

1. 3 A percepção perpassada pelo desejo

A partir do momento em que a sociedade passa a ser organizada pela linguagem não podemos mais atrelar os comportamentos humanos ao natural, ao instintual: há um desvio para uma forma de satisfação que é permeada pela linguagem. E se podemos dizer de um tema fundamental que Freud sempre se debruçou, foi a tentativa de explicitar a função da realidade no desencadeamento da neurose.

Para entendermos melhor essa interligação é essencial irmos ao clássico texto de Freud (1930/2011), “O mal-estar na Civilização”. Nesse texto, o criador da psicanálise descreve a relação com a realidade como sendo sempre conflituosa e insuportável de ser experimentada sem subterfúgios, pois “a vida, tal como nos é imposta, é muito árdua para nós, nos traz muitas dores, decepções e tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos prescindir de lenitivos” (1930/2011, p. 60); os principais agentes do real que trazem sofrimento ao homem são resumidos em três grandes focos: as forças da natureza que, sempre, ameaçam a vida humana; o corpo que, por mais que a ciência prospere, está sempre sujeito a doenças e à própria morte; e, por fim, o tema que mais aparece aos analistas: o sofrimento proveniente das relações humanas. É desse modo que, para o autor, a marca da insatisfação caracteriza todas as relações humanas. E, dentre os meios mais comumente usados de subterfúgios para esse mal-estar existencial, especificados no texto, estão os tóxicos, a religião, a ciência e a arte.

Além de tais fatores de sofrimento, falar do indivíduo imerso na cultura, remete discorrer também de uma perda da liberdade individual em nome de um bem comum, inaugurando uma falta estrutural. Isso porque o movimento civilizatório consiste precisamente na renúncia de uma parcela significativa de satisfação em benefício da coletividade. Em contrapartida, a cultura estabelece outras fontes de satisfação perpassadas por regras; mas essas fontes são sempre mais limitadas no quesito do prazer que proporcionam em comparação às fontes que prescindem do contato com a cultura (Freud, 1930/2011). Em outras palavras, a vida na cultura propicia conforto e proteção, mas torna inviável o prazer irrestrito e, em troca, ela nos oferece cotas de gozo perpassadas pela via simbólica. Por esse motivo, caberá a cada sujeito arranjar-se com aquilo que a cultura lhe oferece: ele poderá buscar satisfazer-se no trabalho, na religião, na arte, entre outros.

Diante dessa renúncia pulsional e do imperativo de satisfação dos ideais da civilização, não é difícil presumir que estar inserido na cultura é doloroso e gera conflitos para o indivíduo, e eles surgem sob a forma de sintomas. Portanto, em Freud, a doença não é vista como resultado de uma má adaptação do indivíduo ao meio. Ao contrário, ela é, muitas vezes, resultado de uma adaptação bem-sucedida e que, conseqüentemente, acarretou que o sujeito abrisse mão de muitas de suas satisfações.

Desse modo, podemos sintetizar que a realidade psíquica para Freud é constituída pela relação que cada um estabelece com a cultura, sendo sustentada por memórias que, por sua vez, são resultado das experiências. É o que podemos observar no texto “A negação”, no qual Freud (1925/2011) discorre que existe em cada um de nós a realidade do eu e que ela se desenvolve a partir do exame do mundo exterior, conservado por meio de representações. Assim, toda representação seria feita a partir da percepção de um objeto real. Isso não significa que ela seja uma cópia de tal objeto, já que consegue guardar apenas uma parcela de repetições de fatos, sendo-lhe impossível captar qualquer evento por completo.

Nesse sentido Lagoas (2016) faz um estudo pormenorizado de obras freudianas e filosóficas e cita Taine, um espiritualista francês do final do século XIX, que discorre que a nossa “primeira percepção” se reduz a uma imagem alucinada. Primeira percepção aqui não se refere literalmente ao termo, mas ao momento em que uma criança começa a apreender o mundo com seus órgãos do sentido. Uma imagem alucinatória, por sua vez, se refere à certeza perceptiva que se sustenta ao transformar as energias quantitativas emitidas pelos objetos em moldes qualitativos alucinatórios, promovendo uma construção de formas, cores, cheiros, etc. enfim, toda uma gama que a percepção interpreta para dar ordem à multiplicidade da energia irradiada continuamente ao nosso redor. Segundo tal teorização, nossos órgãos do sentido

percebem vibrações quantitativamente distintas e as transformam em objetos, que aparentam uma consistência e realidade da forma, visando dar-lhes significados, entendê-las, nomeá-las. Ou seja, é alucinatória porque o objeto é investido de libido antes e para ser percebido. Com isso, podemos dizer que não é possível se sustentar uma completude porque sequer há o encontro real com o objeto, o sujeito já o enxerga de modo equivocado, o constrói pelas possibilidades que suas percepções e libido lhe oferecem.

Diante de tal análise sobre a inexistência do objeto percebido, o próprio termo alucinação perde aqui seu caráter de objeto dos loucos e se torna o meio humano para obter a sensação e a percepção; a ficção invade, assim, toda a construção de mundo e nos aproxima do “louco”, “portador da desrazão”. Portanto, nos adentrarmos nesses conceitos possibilita que questionemos os alicerces que o indivíduo se sustenta ao se posicionar como portador da verdade e subjugar os que não a admitem.

Outra caracterização pertinente à percepção, fundamentada pela teoria psicanalítica, é que os objetos percebidos são de modo seletivo, tanto em relação à sua materialidade quanto em relação ao direcionamento de energia libidinal e aos modos de interações estabelecidos com tais objetos. Isso porque os órgãos do sentido não são meros captadores de estímulos e são incapazes de assimilá-los por completo (FREUD, 1925/2011). Além disso, não podemos deixar de mencionar as rotineiras alterações perceptivas, devido à grande frequência em que ocorrem, expressas ora por omissões ora por fusões de elementos diversos. Exemplificando que não é somente o louco que deturpa percepções em julgamentos não convencionais, Soler nos traz uma narrativa cômica:

Não posso esquecer um colega de tempos atrás que, depois de uma primeira entrevista com uma psicanalista, veio confidenciar-me seu encanto com a beleza dessa moça, bem como sua emoção ao constatar que ela estava grávida. Ora, essa suposta jovem já passara muito dos 60, todos os seus filhos eram adultos já criados e, de quebra, ou seja, segundo a opinião comum, ela era tudo, menos bonita. Esse sujeito não era louco, mas o amalgama da transferência o havia deslumbrado a ponto... de lhe turvar a visão e tornar irrealis suas percepções (Soler, 2007, p. 24).

Diante de toda essa exposição quanto às diversas alternativas possíveis de se perceber um objeto, poderíamos então deduzir que tudo seja um caos – o que inviabilizaria uma inferência e produções no âmbito da clínica - ou tentar encontrar uma lógica. Se posicionando nesse segundo viés, Freud (1925/2011) discorre que todos esses bloqueios, deformações e filtros não ocorrem ao acaso, mas estão articulados aos interesses do aparelho psíquico, servem a satisfação das necessidades. Com isso ele infere que a percepção não é um exercício puramente passivo: o Eu envia periodicamente pequenas quantidades de investimento ao

sistema perceptivo. Ou seja, talvez a característica mais importante da percepção é que ela esteja totalmente imbrincada no desejo.

Freud vai discorrer sobre a concepção de desejo no texto “A interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900/2012) onde ele vai dizer que o sonho é uma realização de um desejo, que é sexual na sua origem, e que se liga ao pré-consciente ou a consciência para produzir essa regressão. Com isso, o desejo é inicialmente definido como o retorno a traços mnêmicos de percepção, ou seja, se trata de um retorno a uma experiência que deixou um traço. Esse traço, então, precisa ser repetido para que o desejo se realize. Ao introduzir esse processo como motor das ações e percepções - considerado pelo ponto de vista dinâmico – Freud (1915c/2010) discorre que o sujeito está sempre em busca desse objeto de desejo, mas nada o conduz a ele. Conseqüentemente, é gerada, então, uma insatisfação que está presente desde a relação pré-edipiana, na qual a criança procura sempre satisfazer a primitiva relação materna - nos adentraremos melhor nessas construções teóricas no próximo capítulo.

Assim, vimos que o desejo, em Freud, é definido como o retorno a traços mnêmicos de percepção, ou seja, um retorno a uma identidade perceptiva que moveria o aparelho psíquico a reproduzir experiências de satisfação. Essas experiências de satisfação podem ser aproximadas ao que Freud chama de *Trieb*, isto é, de pulsão no texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)*. Freud (1905/2016) diz que a sexualidade humana não está baseada em instintos, como os outros animais, mas está baseada na pulsão. A pulsão seria, assim, um esforço para reencontrar um objeto, para reinstaurar um objeto, para fazer com que a experiência de satisfação tenha um modelo, ou seja, aquilo que é perdido enquanto prazer, tenta-se recuperá-lo em forma de pulsão. Ela não tem objetos pré-definidos e vai sendo construída a partir dos encontros com o outro, a partir da memória fantasmática do nosso corpo; isto é, sua fonte é sempre corporal, ligada particularmente ao contato com o outro. Freud (1905/2016) diz que a pulsão se liga sempre a um objeto, contudo ela não o encontra porque ele é, por definição, um objeto perdido. Então, nesse trabalho de envolver o objeto, sua meta é sempre a satisfação. Portanto, a pulsão é esse conceito limite entre o somático e o psíquico que remete a um retorno a traços mnêmicos, a um princípio de repetição. Assim, chegamos ao ponto que o trabalho de construção do desejo é atravessado pela pulsão na medida em que ela envolve justamente esse trabalho de repetição, de reinstaurar, de reformar um determinado conjunto de traços mnêmicos.

Comentando sobre a relação estabelecida com o objeto de desejo, Lacan nos fala que o sujeito:

[...] jamais o reencontra, e é precisamente nisto que consiste o princípio da realidade. O sujeito não reencontra jamais, senão um outro objeto, que corresponderá de maneira mais ou menos satisfatória à necessidade de que se trata (LACAN, 1955-1956/1988, p. 101-102).

Com isso, Lacan nos traz que o sujeito não tem de encontrar o objeto de seu desejo (o objeto primário de satisfação), mas ele reencontra o desejo em outro objeto. Contudo, esse reencontro também é impossível, o que o indivíduo acha são objetos que satisfazem parcialmente suas demandas. Mas porque se fala de modo tão radical dessa impossibilidade de satisfação do desejo? Para respondermos a essa pergunta é necessário compreendermos primeiramente como se estrutura o desejo para o sujeito.

Tal busca de satisfação, como vimos, é resultado das memórias prazerosas de objetos perdidos. Falando sobre a possível experiência passada com o objeto de desejo, Freud discorre no texto “A negação” (1925/2011) que o pensamento torna presente algo que já foi percebido, reproduzindo-o na imaginação - na forma de fantasia neurótica – ou, em Lacan, no real da alucinação na psicose, sem que o objeto necessite mais existir no exterior. Contudo, nesse exame da existência na realidade, a técnica não é feita visando encontrar na imaginação, um objeto real do passado que a corresponda, ao contrário disso, deve-se conceber que ele existiu e ainda existe, contudo no âmbito da representação. Com isso, queremos dizer que não é que algo percebido vai ou não ser acolhido no eu, constituindo a realidade psíquica, mas que algo que se acha no eu como representação pode também ser reencontrado numa percepção do passado e modular as escolhas presentes.

Tais teorizações não devem nos levar a pensar que os desejos são meras ficções, enganações. As imagens fundadas em objetos de desejo são ficções, contudo o que elas expressam é que o sujeito tem a ver com o que ele vê. Essa estrutura, formada por ramificações e repetições, constitui a cadeia significante. Isto remete a refletir que focar simplesmente nas imagens vistas pelo sujeito para compreender a percepção é, no mínimo, superficial, o que interessa para a tal análise é a inconsistência do simbólico, o furo no discurso, a presença do Outro na inscrição das imagens.

Todas essas construções teóricas referentes à realidade orquestram, conseqüentemente, um fazer diferente do convencional no tratamento clínico. Por essa via, o psicanalista não fornece uma explicação objetiva ao paciente sobre a impossibilidade ou improbabilidade da existência de determinada representação. Se a existência de almas, discos voadores, sequestradores, monstros, não é real para a maioria das pessoas, não quer dizer que não possam ser reais para outras – reais aqui no nível de o sujeito ter essa visão representada. E é no

perscrutar do processo analítico que se podem encontrar provas da percepção passada desse objeto que continua presente enquanto representação. Logo, a representação é real para o indivíduo que a descreve e lhe causa todas as emoções esperadas de um acontecimento real (FREUD, 1925/2011).

Vislumbrar que a fala do sujeito é uma representação real de um objeto tem uma importante finalidade ao percurso em análise. Freud (1924/2016a), em seu texto “A perda da realidade na neurose e na psicose”, nos diz que se há perturbação da realidade tanto na neurose quanto na psicose, o que interessa investigar são quais os processos que compensam essa parte prejudicada. A investigação dessas estruturas chama a atenção no tratamento analítico, segundo Lacan (1966[1958]1998, p. 549), para o fato de que, se a perda da realidade ocorre em todas as estruturas clínicas, o problema não está aí, a problemática se encontra “no expediente daquilo que vem a substituí-la”, ou seja, o que interessa é o discurso que vem emendar a distorção e é ele que será considerado no processo.

Desde já podemos dizer que o desejo se caracteriza por ser condensado, deslocado e deformado. Isso porque, como vimos, a própria representação não corresponde à totalidade e à essência do objeto real alucinado. Assim, além de o desejo aparecer de forma alucinatória, ele também não funciona como uma mera projeção de um objeto que pode ser obtido no futuro. Isso porque, como encontrar um correspondente no mundo externo, em um tempo ao qual o objeto percebido já não está mais presente? Segundo Freud (1950[1895]2003, p. 202), como solução, e que não é resolutive, o psiquismo promove uma busca incansável pelo objeto perdido. Cria-se então um objeto perdido e nunca encontrado, apenas substituído em uma busca interminável. Podemos então dizer que desejar é fundamentalmente alucinar e, alucinar, é desejar. É desse modo que o desejo, diz Lacan (1969-1970/1992, p. 19), se constitui como “a essência da realidade”.

Esse é mais um ponto em que a análise psicanalítica aproxima todos os indivíduos da loucura: o real de uma insanidade psíquica em uma busca inconsciente por uma realidade nunca encontrada. Não nos adentraremos em como o objeto desejado é investido e reencontrado por enganos perceptivos em outros objetos, ou seja, a Coisa (*Das Ding*) em Lacan, já que o tema sobre o desejo envolve toda uma investigação aprofundada que se afastaria, em parte, do objetivo central da nossa pesquisa. O que é importante destacar aqui é o papel essencial do desejo por influenciar diretamente o percebido, a escolha do objeto e, fundamentalmente, promover a própria criação do objeto.

Articulando os conceitos que vimos até agora, realidade psíquica seria, então, a percepção enviesada por traços mnêmicos, que é o motor do desejo e perpassada pela pulsão.

Freud nos traz o conceito de desejo como xeque-mate justamente para romper com um acaso das percepções: as escolhas amorosas, as alucinações, devaneios, enfim, tudo na vida do sujeito gira em torno desse objeto. A realidade psíquica, por outro lado, não é respaldada pela consciência, já que se trata mais de um não saber, ou seja, a lógica da realidade só pode ser compreendida à luz do inconsciente. Podemos com isso vislumbrar, que o real na realidade é constituído, em parte, pelas memórias que percebemos das imagens, estruturadas pelo simbólico. Além disso, a percepção, ao invés de se mostrar como um dado passivo para o sujeito que percebe, encontra-se antes submetida a uma cadeia simbólica fundada na busca pelo desejo e organizada pela estrutura discursiva na qual o sujeito se encontra inserido. O simbólico aparece aqui como tema central para a compreensão do que vem a ser a realidade.

CAPÍTULO 2

MÉTODO PSICANÁLITICO E O DIZER DO SUJEITO

Ao refletirmos sobre a premissa de Freud de que a memória não é simples, que ela é gravada de diversas maneiras e que ela é essencial na constituição da realidade psíquica - isso porque há nela um desejo e um sujeito - podemos conceber que o instrumento que dá acesso às memórias é a linguagem. Assim, quando se fala de memória em Freud, é precisamente de linguagem que está se falando. De modo geral podemos então dizer que linguagem, muitas vezes, é uma ação e também um objeto; objeto no sentido de que ela ser carregada por afetos, que produz sentidos, tem seu peso para cada sujeito; e ação porque é a partir da fala que algo que não existe passa a existir. Nesse viés, o que discorreremos posteriormente se estrutura na premissa básica psicanalítica de que há sujeito onde há fala.

2. 1 A cadeia significante como função e campo da realidade

É apropriado salientar que as explorações vistas até aqui correspondentes à percepção, a concebem como uma busca eterna pelo objeto de desejo e que, conseqüentemente, a loucura, no sentido de insanidade, deixa de ser atributo do psicótico e passa a atravessar todos os indivíduos. É assim que, “ao se reconhecer o drama da loucura, põe-se a razão em pauta” (Lacan, 1966[1958]1998, p. 581).

Nesse contexto, as palavras de Henri Ey, citado por Lacan (1946/1998, p. 152) nos são muito pertinentes: “O ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não trouxesse em si a loucura como limite de sua liberdade”. Ou seja, a loucura limita a liberdade na medida em que é preciso arriscar-se a ser louco para sair do que é esperado, da repetição, de um destino pré-determinado, e tentar realizar o impossível da quebra da repetição, a travessia de um discurso pela via da criação de novos sentidos e significações.

Tomando essa via, a loucura em si só existe ao considerarmos a precária adaptabilidade a civilização, enquanto essa faz uso de leis simbólicas e sanções para quem as descumpre; isso porque a loucura aparece por um não se haver com o mundo dos símbolos, um não se haver com uma realidade que, muitas vezes, é elevada ao sinônimo de verdade na cultura. Contudo, em análise aos padrões culturais, podemos observar que as próprias tradições e costumes não se fundamentam por critérios de racionalidade, verdade ou sanidade, mas por se enquadrarem

em um discurso aceito e compartilhado. Um exemplo citado por Lacan (1955-1956/1988) da loucura rotineira em comportamentos sociais, e muito bem aceita, que poderíamos chamar de psicótica, é o símbolo do Papai Noel. Mas acreditar nessa figura, de um pai bom que traz presentes, não caracteriza alguém como louco porque essa visão é compatível com uma boa ordem da cultura. Contudo, um psiquiatra, um psicólogo ou psicanalista, não deveria se sentir autorizado a tomar essa ordem da cultura como verdade e se fiar nela para diagnosticar um paciente discrepante dela como consciência mórbida.

Entretanto, o que se observa é que uma parte considerável dos profissionais da saúde mental toma a psicose como doença e a sinaliza em contraposição à neurose; e, ao enunciar nos manuais o que a diferencia do normal, faz-se desta estrutura apenas uma sombra, uma anomalia. Na contramão desse discurso psiquiátrico, Lacan (1955-1956/1988, p. 231-234) não explica a psicose como um não ser neurótico e vai até os limites da linguagem para falar das estruturas clínicas pelo modo como se relacionam e se posicionam na linguagem. Assim, a realidade, verdadeira e/ou fictícia – a depender dos nuances dela que serão contemplados - implica uma ordem na qual os fenômenos se produzem, traz uma junção covariante de elementos, ou seja, é estruturada. Neste tópico, iremos adentrar a subversão lacaniana da noção de signo em Saussure a partir da primazia do significante.

Falar sobre linguagem em psicanálise nos remete inicialmente a estudar como Freud se apropriava desse conceito para, em seguida, chegarmos a tese lacaniana que dá um papel central ao significante. Conforme estudamos no capítulo anterior, o entendimento de Freud sobre a metapsicologia do desejo se refere ao conceito da representação – representação de objeto, de coisa, de palavra. Assim, a economia psíquica para Freud está articulada a esse conceito, assim como ao conceito de pulsão. Lacan (1955-1956/1988), por outro lado, reescreve essa conexão afirmando que, se a experiência da psicanálise é pela fala, faz-se necessário também trabalhar com conceitos que sejam atinentes à fala e ao campo mais geral da linguagem. Essa ideia foi inspirada em Lévi-Strauss e, a partir desse autor, Lacan (1955-1956/1988) formula que, ao invés de o inconsciente ser pensado em termos de representação, ele pode ser pensado como uma função simbólica. Assim, parte-se na teoria lacaniana do pressuposto de que o inconsciente é efeito das trocas sociais e de que essas trocas engendram um discurso.

Assim, a linguagem, que é a capacidade de fazer representações negativas e indicações indiretas de objetos, se distingue, como instrumento de trabalho, do método cartesiano que tentava fazer o estudo do sujeito se adequar ao critério da racionalidade. Investigaremos, então, esse rastro, o qual Lacan nos aponta em toda a sua obra – rastro metaforizando a falta de um objeto – que se refere às representações da realidade: não é que elas surjam simplesmente por

efeito da linguagem, mas que são marcadas “*de saída pela aniquilação simbólica*” (LACAN, 1955-1956/1988, p. 176). Lacan explica essa fala afirmando que o ser humano deixa de estar movido por instintos, como os outros animais, devido à ruptura no natural a partir do momento em que é perpassado pela linguagem, ou seja, no simbólico o sujeito passa a ser habitado pela linguagem.

Até mesmo a linguagem corporal não é instintual ou universal segundo Soler (2012), pois ela só consegue ser compreendida devido a um contexto mnêmico anterior, não sendo capaz de amparar um raciocínio próprio que a explique sem as amarras sociais. Os gestos, então, exigem este contexto anterior e falam sobre o sujeito que os emite. Portanto, com essa desorganização irremediável do natural, a realidade passa a ser estruturada no que pode se chamar de “*nervuras significantes*” (LACAN, 1955-1956/1988, p. 233).

Nessa perspectiva, segundo Lima, Apel e Oliveira (2016), a linguagem determina o homem desde o nascimento até a morte. Através dos progenitores o bebê vem ao mundo e é marcado pelo discurso, que propicia também a inscrição na fantasia, na cultura, na classe social, na língua, entre outros. Isso porque a palavra, além de criar o mundo, também nomeia e inscreve os próprios órgãos e o corpo como um todo. As imagens se transformam na realidade exterior perpassadas pela palavra; e esta última propicia perspectivas infinitas a partir das quais podemos apreender o “mesmo” objeto.

Contudo, como examinar o que é originalmente linguagem? Lacan (1953/2005) responde a essa questão examinando que a linguagem está sempre em desenvolvimento. Isso torna impossível de assimilá-la a um momento, a um início, ou o que se dava antes dela. Além disso, a palavra não comporta um significado próprio que a defina, conforme exemplifica Lacan ao expor tal ocorrência na palavra senha. A palavra senha tem uma peculiaridade em tornar óbvio que o que ela designa é diferente de sua designação, tendo a propriedade de ser completamente independente de sua significação. É efetivamente assim que a linguagem pode ser considerada como detentora de uma função na concepção lacaniana.

Outro âmbito usado por Lacan para meditar sobre o registro da linguagem é o “discurso do amor”, que

(...) consiste, no último grau do espasmo do êxtase, ou, ao contrário, da rotina, segundo os indivíduos, em qualificar subitamente seu parceiro sexual pelo nome de um legume dos mais comuns ou de um animal dos mais repugnantes. Isso, certamente, não está longe de tocar a questão do horror do anonimato (LACAN, 1953/2005, p. 25-26).

Nesses dois exemplos citados, a linguagem é praticamente desprovida de significação. Isso implica dizer que não se pode desconsiderar o sinal do equívoco e dos diversos modos que ela pode ser usada. O que a experiência encontra é justamente outra coisa diferente da realização precisa e racional do símbolo; isso porque, no caso do exemplo da qualificação “chuchuzinho”, a tentativa do sujeito é de buscar a referência ao símbolo não no simbólico, mas, nesse caso, no registro imaginário - conceito que nos adentraremos posteriormente.

Qual seria então o suporte dessa função do discurso? A resposta a essa questão nos remete a noção de signo. Ele é definido em Saussure (1922/2006) como aquilo que é imanente, que constitui o sistema linguístico, aquilo que representa algo para alguém. Para esse autor, cada signo tem o seu valor dependente dos demais, o qual é definido justamente pela relação estabelecida com os outros signos; conseqüentemente, quando se muda a posição de um deles, modifica-se todo o sistema. Além disso, Saussure (1922/2006) concebe que o signo é composto por duas partes; um significante e um significado (conceito). Desse modo, ao definir o que seria o significante, o autor exemplifica que uma palavra qualquer pode ser traduzida em outras línguas, como a palavra árvore, que em latim significa arbor. O termo arbor, se não soubéssemos sua tradução, seria apenas seu som. Assim, toda palavra tem o seu som, que ele chama de imagem acústica. A imagem acústica, esse som extraído de seu significado, para alguém ou para além do conceito que a representa, é o significante.

A partir desses conceitos de signo, Lacan analisa os pontos centrais da teoria freudiana, como o desejo e as representações, para intitular um princípio de relação entre o inconsciente e a linguagem e, a partir disso, estruturar tais conceitos em torno da noção de significante. É o que ele formula no seguinte trecho apresentado no livro “Escritos”:

Para marcar o surgimento da disciplina linguística, diremos que ela se sustenta, como acontece com toda ciência no sentido moderno, no momento construtivo de um algoritmo que se lê: significante sobre significado, correspondendo o “sobre” a barra que separa as duas etapas. A temática dessa ciência está presa à posição primordial do significante e do significado, como ordens distintas e inicialmente separadas por uma barreira resistente à significação. Eis o que tornará possível um estudo exato das ligações próprias do significante e da amplitude da função destas na gênese do significado (LACAN, 1966[1957]1998, p. 500).

Como vimos, do ponto de vista lacaniano, o significante não está colado a um significado. Ao contrário, Quinet (2014) salienta que para a psicanálise há uma separação radical entre significante e significado, que é assinalada pela barra que os separa (S/s), barreira resistente à significação que pode ser identificada ao próprio recalque. Por exemplo, quando uma palavra aparece em um sonho, ela não é tratada por seu significado, mas como significante

que apresenta vários significados além dos usuais da língua e que remete, pelo equívoco que comporta, a outras cadeias de significante.

Contudo, diferentemente da relação igualitária que Saussure estabelecia ao significante e ao significado, para Lacan (1955-1956/1988) o significante tem primazia sobre o significado, ou seja, a concatenação de significantes é que determina os efeitos do significado e da significação. Por outro lado, o significado passa a ser visto como um tempo, um momento, um efeito imaginário do significante. É desse modo que Lacan nos fala que tudo o que significamos e fazemos envolve o significante:

A força da descoberta analítica não está nas significações ditas libidinais ou instintuais relativas a toda uma série de comportamentos. Isso é verdade, há isso. Mas, no ser humano, as significações mais próximas da realidade, as significações relativas à inserção mais animal no meio enquanto nutritivo e enquanto cativante, as significações primordiais, estão submetidas, em sua sequência e em sua própria instauração, às leis que são aquelas do significante (LACAN, 1955-1956/1988, p. 231).

Assim, segundo o autor, o significante é, em seu modo puro, ausente de significação e inapreensível na realidade. Contudo, não se pode encarná-lo, imaginá-lo, traduzi-lo em palavras, defini-lo sem cair em significações. Portando tais características, ele se constitui como a unidade mínima do simbólico e jamais aparecerá isolado, e sim envolto na articulação dos demais significantes. Exemplos de palavras significantes e opostas são homem e mulher, noite e dia.

Fazendo um parêntese sobre esse desenvolvimento teórico e o remetendo ao tratamento psicanalítico, Lacan (1955-1956/1988) nos fala que impulsionar a articulação formal do significante em dominância sobre a relação à transferência do significado implica explorar os distúrbios da rememoração, tentando restituir o vazio que a história do sujeito apresenta, procurando progressivamente o que se tornaram os acontecimentos de sua vida. No seguimento do percurso em análise, o que podemos constatar é que eles chegam onde não se espera. Chegar ao inesperado significa dizer que não há uma resposta pronta que defina o sujeito, mas significações das vivências construídas em análise. Com isso, a psicanálise almeja justamente possibilitar novas representações da cadeia dos fenômenos (LACAN, 1955-1956/1988).

Contudo, é importante ressaltar que todas essas ramificações mencionadas sobre a cadeia significante não apagam o fato irredutível de que nem tudo se reduz à linguagem. Tal razão se fundamenta, citando Sales (2008), pelo fato de a linguagem ser sempre incapaz de

fornecer representações idênticas e adequadas aos objetos: o que ela atualiza é sempre o fracasso de uma suposta referência, assim como o desejo também nunca alcança seu objeto.

Silva (2017) cita dois exemplos para demonstrar esse contraponto à “miragem, quando se fala da linguagem”, que “consiste em acreditar sempre que sua significação é aquilo que ela designa”: as palavras que servem como senha e as palavras de amor (ambas que mencionamos anteriormente). A depender do contexto, essas duas modalidades de uso são capazes de produzir as mais variadas consequências, tornando-as “completamente independente de sua significação [convencional]” (LACAN, 1953/2003, p. 25). Desenvolvendo tais exemplos, saber a senha de acesso para entrar em um “lugar restrito” pode ser suficiente para evitar perder certas informações confidenciais ou, até mesmo, a própria vida. De modo semelhante, reportar a um parceiro sexual amoroso pelo nome de “chuchuzinho” não significa fazer uma referência literal ao objeto chuchu, mas, sim, instaurar uma dinâmica de reconhecimento intersubjetivo no interior de uma estrutura simbólica compartilhada. Assim, ambas demonstram os limites de uma compreensão referencialista ou convencional da linguagem, em favor de uma concepção performativa. Por isso, Silva (2017) articula que quando Lacan diz que o significante sempre remete a outro significante, e não ao objeto real, também está dizendo que há algo que escapa, algo que faz com que giremos em torno do que está por se dizer, que gera a repetição em torno do objeto de desejo. Essa parte que não se inscreve na linguagem é o real, o qual descreveremos melhor no último capítulo.

Ao apresentar que a relação com a linguagem se dá por meio do equívoco, da limitação dos modos expressivos, Lacan se torna um crítico dos processos de individualização, de educação, de socialização, de humanização, que se referem ao discurso de que somos construídos por processos de individualização, como autonomia, liberdade, capacidade de estabelecer contratos que gerem as trocas sociais e soberania como senhores da linguagem. Lacan faz uma crítica a esse entendimento e diz que ocorre justamente o contrário: a linguagem, com suas regras e leis, impõe uma série de submissões ao indivíduo. Exemplos disso são a não possibilidade de escolha do próprio nome, da língua falada, das regras gramaticais, etc. Por isso é que podemos dizer que o sujeito não se cria como indivíduo, mas se torna como tal a partir da linguagem.

Com esses argumentos referentes aos alcances e limitações da linguagem, Lacan busca desfazer o equívoco monológico de que o sujeito que fala tem uma apropriação unitária, transparente a si mesmo, sem opacidade, daquilo que diz. Esse sujeito que seria o dono de seus pensamentos e de suas palavras e que é o senhor do que ele diz não diz respeito ao eu do desejo inconsciente. Em outro sentido, para Lacan a fala tem uma estrutura dialética e nenhuma

palavra é mais ou menos real, poderosa, superior ou inferior, que a outra; nenhuma frase pode ocupar o lugar de metalinguagem e caracterizar as demais em verdadeiras ou falsas, lógicas e ilógicas.

Além disso, em concordância com a premissa de que nenhuma palavra tem um poder maior de ser portadora da realidade, Miller (1999) articula que se formos tomar a definição de delírio, popularmente aceita, como sendo um pensamento que não encontra seu correlato na realidade, somos obrigados a conceber que todas as sentenças, objetos e experiências se encaixam nessa regra e, o fato é que, em sua extensão universal, todo mundo delira. Ou seja, além da alucinação ser a base da percepção humana, a própria concepção de delírio se aplica de modo universal aos indivíduos. O mundo simbólico é então a realidade do delírio generalizado, já que não existe nunca um objeto real que corresponda à representação. Sobre esse tema Teixeira e Caldas (2017, p. 141) sintetizam que o “delírio universal passa a significar a condição de todo sujeito ou ser falante no sentido em que a dependência da linguagem produz necessariamente uma separação em relação à realidade que se tenta designar”.

Assim, o que podemos sintetizar como tese fundamental psicanalítica não é que o sujeito constitua a própria realidade, mas é ele que é constituído pela cadeia significante. Em vista disso, posteriormente estudaremos como se dá essa constituição subjetiva.

2. 2 A estruturação da cadeia significante articulada pela metáfora e metonímia

Retomando o que já vimos para podermos avançar, o inconsciente é o lugar da memória, a memória que é ocupada pelo contato com o mundo e que permanece com questões não respondidas, faltantes, na medida em que é fruto de desejos não satisfeitos e que são reproduzidos em outros objetos, se conservando também como insatisfatórios.

Nas palavras de Teixeira e Caldas (2017), podemos sintetizar, coerentemente ao que foi percorrido até aqui, que o desejo se constitui como:

Em face da impossibilidade de satisfação com o primeiro objeto alucinado, os objetos substitutivos serão sempre sub-rogados insuficientes desta primeira experiência. Por isso, a realidade se apresenta de forma essencialmente precária para o sujeito. O sujeito estará para sempre confrontado, por um lado, com as imposições da realidade que não coincide com sua demanda de satisfação, e, por outro, com a precariedade dessa relação com objetos substitutivos que caracteriza a busca do desejo. No que concerne a esse ponto, podemos afirmar que a linguagem atesta o desvio constitutivo da falta que constitui o desejo ao separar o sujeito de seu objeto, no sentido em que é próprio da linguagem gerar um efeito de distanciamento sobre o dado imediato do objeto referido (TEIXEIRA E CALDAS, 2017, pg. 139-140).

Esse distanciamento mencionado, concernente à tentativa do sujeito em buscar responder às questões de insatisfação pela via da cadeia significante, o aliena ainda mais ao objeto real de desejo, mas também lhe dá o mínimo da satisfação. É desse modo que a cadeia significante se constitui organizando o senso de interesse e de realidade.

Para avançarmos nessa construção, faz-se importante citar uma característica importante dos significantes que tange a poderem ser captados, ao mesmo tempo, em um ponto verossímil e inverossímil: inverossímil porque as cadeias que eles formam subsistem numa alteridade em relação ao sujeito; e verossímil porque é na cadeia significante que aparece, sem ambiguidade, a função que eles têm de induzir um significado, a significação, impondo-lhe uma estrutura (Lacan, 1966[1958]1998). Em outros termos, verossímeis porque eles não se apresentam isolados, mas existem em relação aos demais significantes e significações, visto que não há significante fora da cadeia. Essa função diretiva de uma articulação significante, que adquire seu efeito por uma lei interna e por um material sustentado na falta (desejo), é o que interessa ao psicanalista em sua análise do discurso.

Assim, a estrutura da linguagem vai permitir que cada elemento que Freud escreveu com o vocabulário da representação possa ser reescrito com o vocábulo da articulação significante enquanto elemento simbólico. Então, em termos gerais, falar sobre linguagem implica se referir a sujeito e desejo. É por isso que dizemos que os significantes, ao se estruturarem em uma cadeia, não estabelecem suas conexões ao acaso, pois elas são orquestradas a partir do objeto de desejo. O desejo, então, se torna o centro do enodamento discursivo funcionando como um elo atrativo e organizador na cadeia. Para compreendermos tal processo, faz-se importante inicialmente nos aprofundarmos nos elos da cadeia significante.

A partir disso, Lacan (1955-1956/1988) desenvolve no Seminário 3 que, dentro do âmbito linguístico, se dá a articulação de significantes, em seu movimento metonímico, e dos sintomas, em sua estrutura metafórica. Os conceitos de metáfora e metonímia podem ser entendidos retornando ao texto *A interpretação dos sonhos* (FREUD, 1900/2012), no qual Freud desenvolve que o mecanismo dos sonhos ocorre principalmente a partir de dois mecanismos fundamentais: a condensação e o deslocamento. Então, Lacan propõe a partir dessa concepção de Freud, duas formas de articulação dos significantes, que constituem as leis do inconsciente correspondendo ao ponto de vista da linguística, ou seja, a metáfora, que equivale ao conceito de condensação, e a metonímia, equivalente ao deslocamento.

Segundo Lima, Apel e Oliveira (2016), metáfora tem tudo a ver com o significado. Isso porque ela está associada a semelhança de sentidos, sendo uma comparação condensada e

resumida, onde se projetam atributos de um segundo elemento num primeiro. Esses atributos só podem ser projetados se ambos os elementos tiverem algo em comum, real ou imaginário. Com isso, uma significação passa a remeter sempre a outra significação na medida em que ela procura outros termos que a defina: dizer sobre a mesma coisa dizendo outra por meio de metáforas. Desse modo, Lacan usa a metáfora para mostrar o que Freud chama de condensação, ou seja, a figura composta que aparece no sonho vem a ser uma superposição de significantes, onde se substitui, o tempo todo, um significante por outro. Ele também indica que esta forma de articulação entre dois significantes é a própria do sintoma, que é produzido por condensações e formações defensivas e é definido como um nó de significação.

Contudo, Lacan (1955-1956/1988) adverte que não se concebe um tratamento dando prioridade à metáfora do discurso - o que é feito frequentemente na área psiquiátrica - para não colocar em xeque toda a análise que envolve o núcleo que articula essas semelhanças de significado, ou seja, o significante. Optar por trabalhar no âmbito da significação causa uma desconexão com a articulação significante entre os significados e com a articulação de um significante com outro significante. Em suma, a própria transferência do significado só é possível em virtude da estrutura do significante; é essa incidência sobre um aspecto mais estrutural que é essencial na intervenção analítica.

Desse modo, é no âmbito da incidência no significante que se fala de metonímia. Podemos dizer que ela demarca algo em comum que se repete nas significações e que contempla o significante como tal. Esse algo que se repete não ocorre de modo casual, mas se dá pela substituição de uma palavra por outra quando há relação de contiguidade, ou seja, tomar a parte pelo todo por meio de uma proximidade de sentido, promovendo a articulação metonímica na cadeia significante (LACAN, 1955-1956/1988).

Lima, Apel e Oliveira (2016) concebem a metonímia como o continente pelo conteúdo, que faz a palavra deslizar de uma parte do objeto para outra que apresenta uma designação diferente. Ao designar o mesmo objeto com outra palavra, ocorre então um deslizamento de sentido, que pode fazer surgir várias associações e sentidos diferentes, o que ocasiona a articulação de um significante a outro. Quinet explica esse processo no seguinte trecho:

Tomemos o famoso exemplo de metonímia: “Trinta velas despontam no horizonte” Ao invés de se falar barco, fala-se vela, de acordo com a definição de metonímica que é a parte pelo todo, pois tomou-se parte do barco, a vela para se referir ao barco. Para generalizar o termo metonímica, podemos dizer que o que permite articular vela com barco é simplesmente a articulação significante (“vela” se articula com “barco”) (QUINET, 2000, p. 32).

Portanto, se o trabalho do sonho segue as leis do significante, para Lacan o conceito de deslocamento remete ao de metonímia. Assim, a metonímia é a conexão significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação do objeto, e esquadrihar a metonímia na estrutura “é a condição de toda investigação possível dos distúrbios funcionais da linguagem na neurose e na psicose” (LACAN, 1955-1956/1988, p. 269).

É desse modo que a metáfora e a metonímia não só regem o funcionamento do inconsciente em sua estrutura, mas também são responsáveis por um dos mais importantes perfis da linguagem: o seu duplo sentido, isto é, a característica da fala de dizer outra coisa diferente daquilo que diz. Como resultado desses dois processos, se mantém uma relação estrutural com a célula fundamental culminando no que chamamos de cadeia significante. Sobre ela, Soler (2007, p. 11) discorre que sua análise inaugura a unidade e as diferenças entre as estruturas clínicas: é na cadeia que tanto a neurose quanto a psicose e a perversão podem existir, em sua função no campo da fala e da linguagem.

A partir da concepção da cadeia significante, seguiremos para o segundo ponto a ser analisado no que tange ao papel do desejo na estruturação da cadeia. A fim de perscrutarmos esse viés, devemos inicialmente nos lembrar do que Freud sempre frisou em seus escritos, que se refere ao fato de o desejo estar intimamente ligado a cultura e, diante disso, resta ao homem uma relação com objetos, mediada pelo Outro.

É pela aparição do desejo que Elia (2004) adverte que nem tudo na estrutura do inconsciente é significante: existe o registro do objeto de desejo, objeto dito por Lacan pequeno a, e existe o registro de tudo o que reveste o registro do objeto, ou seja, o registro dos objetos que assumem a significação que depende do significante fálico. O autor chama todo esse emaranhado de "campo da realidade" e afirma que o Outro exerce uma função determinante nesse campo.

O Outro, em Lacan, começa a aparecer como consequência da aproximação entre inconsciente, linguagem e desejo. Lacan (1955-1956/1988) discorre inicialmente sobre o que vem o ser o outro. Para isso ele utiliza o conceito de Estádio do Espelho, no qual sustenta a tese de que o sujeito se constitui enquanto eu por meio da visão do que seria o seu semelhante; ou seja, que somente ao ver o outro é que o sujeito se percebe enquanto imagem unificada. Desse modo, na infância, ao mesmo tempo em que a criança percebe o outro e, conseqüentemente, se percebe como ser diferente, sua própria imagem aparece, nesse primeiro plano, como objeto do desejo do semelhante. Não é difícil prever então que o desejo do sujeito e sua identidade se

misturem radicalmente ao desejo desse outro primordial – o outro que no início é representado pelo papel do cuidador, ou seja, pela função da mãe.

De acordo com Silva (2017), dizer que o outro surge como modelo para o eu implica dizer que os objetos de desejo aos quais o sujeito irá se vincular estão condicionados pelo desejo do outro. É o desejo do outro que orienta as modalidades de satisfação do sujeito: o sujeito se reconhece como eu ou, ainda, como imagem corpórea, na medida em que “assimila o corpo do outro” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 255). Daí Lacan (1953-1954/1986, p. 254-255) afirma que o desejo do sujeito, por ser “apreendido inicialmente no outro”, é constituído como “desejo do outro”. Assim, é especificamente na imagem do corpo do outro que o sujeito reconhece o seu desejo.

Se o objeto que irá satisfazer o sujeito é primeiramente o objeto que satisfaz o outro corpo, isto é, se o sujeito necessita do outro como meio de reconhecimento daquilo que será seu desejo, segundo Silva (2017), o desejo do sujeito só pode estar enredado em uma relação de concorrência, o que faz o outro surgir como empecilho à satisfação que a posse exclusiva do objeto poderia fornecer. E, é no sentido de se vincular a esse desejo do outro que surge o que Lacan concebe como o ponto de alienação no próprio sujeito, enquanto ser que não sabe sobre si. Daí Lacan (1953/2003) vai dando continuidade à ideia de que o inconsciente não é aquilo que está contido no sujeito, mas o que se manifesta como efeito de um discurso que lhe é alheio, um discurso que lhe determina desde o exterior.

Contudo, o sujeito desconhece esta operação de alienação ao outro. Sobre isso Silva (2017) discorre que ele desconhece o fato de que aquilo que ele pensa ser sua essência mais íntima e original é, na verdade, fruto de um processo de conformação a padrões alteritários. Frente ao não saber sobre o próprio desejo, o sujeito pode simplesmente optar por se anular porque o outro não está de acordo. É por isso que Lacan (1955-1956/1988) fala que a dialética do inconsciente implica sempre uma luta devido à impossibilidade de coexistência com o outro sem que o eu se anule. A rivalidade surge e se dá de forma intensa porque o outro é, ao mesmo tempo, aquele que fornece um modelo de conduta necessário para o sujeito vir a ser, mas é quem o impossibilita de permitir florescer a exclusividade de sua essência. Por isso “a noção de agressividade corresponde, ao contrário, ao dilaceramento do sujeito em relação a si mesmo” (LACAN, 1966[1955])/1998, p. 347), este “si mesmo” formado à imagem e semelhança do outro.

É somente por meio de um pacto ou de um acordo que assegure o reconhecimento do desejo do sujeito, permitindo a ele renunciar ao outro como meio de reconhecimento, que se pode diminuir a relação de concorrência. É propriamente a nomeação deste desejo, ainda que

balizado pelo desejo do outro, que permite ao sujeito “transcender a relação agressiva fundamental com a miragem do semelhante” (Lacan, 1953/2005, p. 31), pois ela assegura o reconhecimento simbólico do desejo até então ameaçado. Assim, Silva (2017), ao fazer uma análise das obras lacanianas, discorre que a mediação da linguagem permite ao sujeito sair do impasse da morte que a luta por puro prestígio impõe, uma vez que, por meio dela, há um entendimento, chega-se a um acordo. Ela resguarda um lugar no tecido da linguagem para que o desejo seja reconhecido, de tal modo que o objeto passe a existir na palavra e não mais no outro.

É por meio desta mediação com a linguagem que Lacan (1955-1956/1988) afirma que o Outro é de natureza simbólica e pode ser definido como o “sistema de referência” (LACAN, 1955-1956/1988, p. 92) da experiência analítica e que é no interior deste sistema que se pode situar as diversas manifestações fenomênicas com as quais temos de lidar. O Outro, nas palavras de Silva (2017) comparece, no registro simbólico, como o nome que Lacan confere à estrutura da linguagem, terreno que situa e delimita o campo em que se inscreve a experiência teórico-clínica da psicanálise.

A partir do surgimento do conceito de Outro é possível entrever que, ao contrário do pequeno outro, ele vem dar nome à instância fundante e mediadora da realidade humana, que é a linguagem. Daí Lacan (1954-1955/1985, p. 297-298) sublinhar que “há dois outros que se devem distinguir, pelo menos dois – um Outro com “O” maiúsculo e um outro com “o” minúsculo, que é o eu. O Outro, é de que se trata na função da fala”. Pois, segundo Silva (2017), com a fala, a relação entre os sujeitos deixa de ser contemplada pela díade eu-outro, uma vez que seu autor ao investir seu destinatário de uma nova realidade faz dele um Outro sujeito, isto é, um sujeito também falante, igualmente “habitado pelo significante” (Lacan, 1966[1955]/1998, p. 39) e, como tal, atravessado pelos efeitos do inconsciente. Ou seja, a fala permite que o proto-sujeito inscreva a si e ao outro na ordem simbólica: ao tornar-se sujeito, ele faz do outro, até então semelhante, um grande Outro. Nesse sentido, Lacan (1955-1956/1988) afirma que o Outro com o qual compartilhamos uma linguagem, e que, por isso, é também um sujeito suscetível aos efeitos do inconsciente, é, ao contrário do outro semelhante, considerado uma alteridade radical. Como exemplo da função do Outro está o ato da própria morte, isso no sentido de ela ser uma instância universal humana que submete os indivíduos a ela como uma espécie de lei; além disso, por ser indiscernível, irreduzível, impensável, uma alteridade que não se reduz à própria identidade. Mais um exemplo de campo da função do Outro é o sexo, que é expresso pela diferença sexual, o sexo do Outro que não pode ser apreendido, que é irreduzível.

Portanto, o Outro, em Lacan: é um lugar simbólico (e não uma pessoa) e se refere ao não conhecido, ao reconhecido, ao absoluto enquanto tal; tem um princípio no inconsciente e o incide por meio dos sonhos, dos atos falhos, dos chistes, dos sintomas e repetições; é o lugar no qual o sujeito recebe sua própria mensagem de modo não reconhecida por ele mesmo, ela aparece então como um enigma, como para além do sujeito. O Outro é, enfim, a linguagem, o inconsciente. Ao dizermos isso, não estamos afirmando que o inconsciente seja a condição da linguagem, mas que a linguagem seja a condição do inconsciente. A linguagem, portanto, opera no interior daquilo que Lacan caracterizaria como a essência do homem, que é, em si, uma essência vazia, isto é, instituída na falta. A falta no desejo é o nome desse objeto que não se tem e que, ao mesmo tempo, governa o sujeito. Dessa forma, o desejo é indissociável da linguagem porque ele não é um desejo de objeto, também não leva o ser humano a instintualmente agir em função de alcançá-lo.

À vista disso, a psicanálise sempre priorizou por investigar qual é esse Outro, ou outros, que fala no sujeito, esse outro que ora aparece como um semelhante, ora como um estranho, ora como uma lei. Refletir sobre quem fala no sujeito remete pensar em estruturas (LACAN, 1955-1956/1988, p. 280). Isso porque são os significantes que suportam a ruptura com o objeto de desejo, causada pelo objeto inacessível, fornecendo um substituto em forma de representação de um ideal de satisfação. Para Lacan é justamente por esse estudo do Outro que se torna viável chegar ao cerne das estruturas. O Outro exerce um papel fundamental nas amarrações que são feitas da realidade, pois o que se desenrola no Outro se articula como um discurso da cadeia significante.

Diante desse enunciado, é possível articular ao que foi falado anteriormente, que não há uma realidade dada no formato de uma verdade: o indivíduo é moldado segundo a imagem que ele tem de si e dos outros, imagem que é transpassada pelo simbólico. A realidade é, até aqui, estruturada pelo desejo, inscrito e representado pelo significante. Além disso, quisemos mostrar que a investigação do conceito de grande Outro no pensamento lacaniano requer considerar o campo da linguagem, bem como a relação dela com o inconsciente. Para nos adentrarmos no aspecto estrutural desenvolvido por Lacan, podemos encontrar no próprio Freud referências a um sistema constitutivo central para a subjetividade. De acordo com o aparato lacaniano, pensar pela análise de estruturas é partir da articulação de que um significante estruturaria a relação do sujeito na cultura; tal significante representa a marca da castração, é inscrito por uma ausência, e produzido pelo Complexo de Édipo. Falaremos no próximo tópico sobre o desenvolvimento desse conceito na teoria freudiana e como ele é rerepresentado em Lacan.

2. 3 O significante primordial apresentado na função paterna

Encerramos a parte anterior discorrendo que o conceito de Outro possui raízes que remontam a um viés estrutural, na medida em que Lacan o relaciona intimamente a dimensão linguística, posta, especificamente, em termos estruturais. Vimos que o Outro só existe por haver uma linguagem que o nomeie enquanto tal e que há regras simbólicas necessárias à compreensão dos sons enunciados e palavras escritas.

A partir disso, segundo Lacan (1955-1956/1988), as regras linguísticas, muitas vezes, são embrenhadas a um único significante, inscrito como fundamental, que se institui como o que podemos chamar de a Lei básica da fala. Assim, podemos conceber que a realidade, conforme define Azzi (2007), atinge o sujeito no ponto mesmo em que uma determinação ligada ao significante emerge como uma lei simbólica; conseqüentemente, os acontecimentos só serão reconhecidos como realidade se o sujeito estiver assentido nessa determinação que exerce sobre ele um poder. Em outros termos, podemos dizer que o significante só poderá "fazer sociedade de significantes" (LACAN, 1971/2009, p.14) por intermédio da eleição arbitrária de um significante qualquer que faça a função do laço.

Lacan (1955-1956/1988) discorre que essa lei mencionada, que é a Lei da fala, representa a junção da simbolização de todos os comportamentos e que é nessa simbolização que se enquadram os ideais e realizações dos seres humanos; em vista disso, ela desempenha um papel essencial no desenvolvimento humano, que seria a inserção do sujeito na linguagem; ela está ligada à passagem do que Freud chamou de Complexo de Édipo.

O Édipo, famoso personagem protagonista do mito do Édipo Rei, da tragédia de Sófocles, que mata o pai e casa-se com a própria mãe, remete, em Freud, à ideia da paixão pela mãe e do ciúme em relação ao pai; esse enredo culmina numa hostilidade da criança com o parental oposto, que representa o elemento integrante da neurose. O Édipo liga a produção do sintoma, do mal-estar, dos sofrimentos dos sujeitos a partir de uma encruzilhada estrutural da constituição subjetiva. Ele é o momento da apropriação da criança por seu próprio desejo e, portanto, por seu inconsciente. Freud irá remeter, nessa tese, a autores e personagens clássicos da literatura mundial, como o "Hamlet" de Shakespeare e a trama do parricídio dos "Irmãos Karamazov" de Dostoievski, obras que reencenam a morte do pai.

A cena edípica na trama da subjetividade foi sendo inserida gradualmente nas teorizações freudianas, culminando, por fim, como um ponto central para a estruturação subjetiva. Ela aparece inicialmente em 1897, onde Freud lança a ideia do Édipo numa carta a

Fliess (FREUD, 1887-1904/1986). Concentrado na reflexão sobre a teoria das neuroses, Freud introduz na carta 66 (FREUD, 1887-1904/1986) a ideia da fantasia, que reaparece de forma mais trabalhada na carta 69 (FREUD, 1887-1904/1986). Ele anuncia a Fliess que no inconsciente não há indicações de realidade, ou seja, não se consegue distinguir verdade e ficção no que se apresenta pela forma de fantasias. E, segundo o psicanalista, a “fantasia sexual se adere quase sempre ao tema dos pais” (FREUD, 1887-1904/1986, p. 358). Aqui aparece a ideia de um outro – os pais – como central na constituição psíquica; contudo esse outro ainda é apresentado no âmbito imaginário, já que aparece por meio das fantasias sexuais e dos desejos do eu.

Nos textos seguintes, como *Interpretação dos Sonhos* (1900/2012) e *Totem e Tabu* (1913/2012), vamos assistindo a uma crescente problematização do outro como figura anterior ao eu e condição de possibilidade desse último. No texto *Totem e Tabu* (FREUD, 1913/2012), a problemática edípica constitui o ponto de aproximação e contato entre três termos, a saber, neurose, povos primitivos e infância, através da discussão sobre o horror ao incesto. A evolução da discussão em tal obra vai fortalecendo a tese do complexo de Édipo e introduzindo essa discussão no campo antropológico. Aí é apresentada a ideia de uma identificação entre o animal totêmico (animal que é assassinado em um sacrifício e comido por todos os membros do grupo) e o pai; em seguida é feita uma conversação entre a refeição totêmica e as teorias de Darwin sobre o pai primevo. Segundo a concepção darwinista, na horda primeva temos um pai violento, autoritário e possessivo, que tem o poder sobre todas as mulheres do grupo; tudo isso provoca e desencadeia o mal-estar, o medo e a inveja nos membros do clã. A hostilidade contra o pai é tamanha que os filhos planejam sua morte e o devoram em um banquete. Contudo, a morte do pai poderia destruir a estabilidade social, pois os irmãos são rivais e não existe nenhuma autoridade que demarque os limites entre os indivíduos. E o sentimento de culpa proveniente do assassinato será a base da moralidade, da nova organização social e da religião. O banquete, então, proporciona a introjeção da lei paterna através da incorporação canibalesca, possibilitando, assim, a identificação entre os irmãos. Freud (1913/2012) conclui o texto afirmando que os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte convergem para o complexo de Édipo.

Segundo Moreira (2004), em uma análise feita em esse texto freudiano, a possibilidade da relação com a alteridade nasce com a morte do pai totêmico, pois a partir desse momento os irmãos perguntaram uns aos outros sobre sua responsabilidade. A irmandade representa o primeiro indício da possibilidade de reconhecimento da alteridade. Os irmãos são iguais entre si e sua identificação é reforçada pela presença de um ideal comum que é o pai introjetado. Com

isso, se dá a constituição de uma instância de leis morais e a dimensão do conflito entre o eu e os diferentes outros.

Só tardiamente, após a formulação da Pulsão de Morte e a partir de sua articulação com o conceito de castração, é que o Complexo de Édipo ganhará uma dimensão de conceito fundador. Sobre esse tema, Freud dedica um texto específico, a saber, “O declínio do Complexo de Édipo” (1924/2016b). Nele, a castração é anunciada como centro do Édipo e esse outro, que foi introjetado em forma de lei, assume a instância de uma lei fundamental para a entrada no simbólico: a Lei da castração, conceito que discorreremos nessa parte.

Freud teoriza que “o significado do processo de castração só pode ser corretamente apreciado se a sua origem na fase fálica for também levada em consideração” (FREUD, 1924/2016b). Fase fálica, aqui, simboliza o período da primazia do falo, ou seja, a presença e ausência do falo como significante da sexualidade. Com isso, Freud afirma que o Complexo de Castração emerge nesse período porque há uma representação da ferida narcísica - que ocorreu inicialmente pela separação do corpo materno no nascimento, pela perda do seio depois de mamar e das fezes. Contudo, apesar de tais perdas, só se fala de castração quando a representação de uma perda está ligada à do pênis. É a partir desta que as anteriores se ressignificam.

Falo e pênis são dois conceitos distintos em Freud e Lacan. Enquanto o primeiro representa uma função dentro da relação mãe-bebê desempenhada pelo Nome-do-Pai, o segundo seria o órgão em seu caráter biológico. E, o falo, quando tomado na realidade corporal sob a forma de pênis, passa a ser concebido como órgão fálico. O pai, então, portando esse órgão fálico, é a figura que inaugura o complexo de Édipo aparecendo como uma função que institui a separação mãe-falo-bebê. Mas como se dá a instauração dessa função?

A resposta pode ser pensada analisando a função do Édipo em Lacan (1966[1949]1998) e a divisão desse processo em três tempos que irão decidir a maneira como o sujeito vai responder à falta estrutural. Esses tempos se referem ao modo como o desenvolvimento psíquico infantil ocorre. No primeiro deles a criança está identificada ao falo e acredita que é o objeto de desejo da mãe e que a complementa. Do outro lado, a exigência da mãe é a de prover-se com um falo imaginário e a criança lhe serve de suporte para esse prolongamento; por isso esse momento é caracterizado por uma ligação com o narcisismo primário. Nesse primeiro tempo temos o que Lacan chama de ternário imaginário: a mãe, a criança e o falo (o pai real encontra-se, nesse tempo, velado). A criança se crê o falo, e no inconsciente da mãe o falo está simbolizado na imagem da criança.

Contudo, esse par, que deveria se conciliar muito bem como um espelho em torno dessa ilusão comum de falicização recíproca, se acha numa situação de conflito. À medida que a criança vai percebendo os afastamentos situacionais da mãe e que essa deixa, em alguns momentos, de estar ao seu alcance, reconhece não apenas que não é o objeto único da mãe, como que o interesse da cuidadora é pelo Falo; esse momento marca o segundo tempo do Édipo (LACAN, 1955-1956/1988).

Segundo Lacan (1955-1956/1988), a partir desse reconhecimento, a criança se depara então com a angústia de perceber que não tem o objeto de desejo da mãe, e que a mãe é também é privada, que falta a ela esse objeto. Dessa forma, infere que deveria então existir alguém que porte o falo e que seria o objeto de desejo da mãe. Aí aparece o pai, como o provável portador do objeto desse objeto. Se trocas afetivas, imaginárias, se estabelecem entre a mãe e a criança em torno da falta imaginária do falo, o que é seu elemento essencial da constituição intersubjetiva, o pai, na dialética freudiana, tem o falo, tem tudo. Ele não o troca nem o dá. Não há circulação alguma. O pai tem uma única função no trio, a de representar o portador, o detentor do falo – um ponto de basta.

Assim, o pai exerce a função de separação mãe-falo-bebê entrando como elemento quaternário, como o portador do órgão fálico, na relação triangular. É desse modo que o desejo do pai frustra os desejos da mãe e do filho quando ele, de acordo com Carmo (2009), intervém efetivamente como privador da mãe em sentido duplo: ao mesmo tempo em que priva o menino de seu objeto de desejo, priva a mãe de seu objeto fálico e se dá a intervenção da Lei Paterna na Lei Materna. É desse modo que se dá a castração simbólica onde a criança reconhece que falta algo à mãe e que há um Outro, como lugar da lei ou significando a lei, à qual a mãe deve se submeter. Em outros termos, o Complexo de Édipo é a dialética dos três objetos primeiros (mãe-criança-Falo), onde a criança acredita ser o falo da mãe, e do quarto termo, o Nome-do-Pai, que abrange os outros e os liga à relação simbólica por meio da instituição da Lei, que se inicia nesse segundo tempo, mas se completa no terceiro. Seguindo ao terceiro momento que caracteriza a crença da criança de que o pai seja o falo, já que esse aparece como mensagem proibitiva: em relação ao menino, de não dormir com a mãe; e em relação à menina, de não reintegrar teu produto.

Portanto, o que possibilita a entrada para o simbólico seria esse rompimento da tríade imaginária introduzida pela dimensão do Édipo. É graças a ele que o indivíduo não permanece preso a ser um objeto, um fantoche do desejo da mãe. O triângulo é em si mesmo pré-edipiano e o quartor constitui-se com a entrada em jogo da função paterna, a partir do desamparo fundamental da criança. Na teoria, o significante dessa função do pai simbólico é o que Lacan

denominou o Nome-do-Pai. É por esse nome que se dá a significação do falo, que é evocada no imaginário pela metáfora paterna: a metáfora que ocorre pela substituição da ausência simbolizada da mãe pelo Nome da presença do Pai (LACAN, 1966[1958]1998).

E essa passagem pelo Édipo ocasiona a alienação do sujeito, como um ser faltante, e o faz desejar o objeto de um outro, do Pai, e possui-lo por procuração de um outro, por uma Lei (LACAN, 1955-1956/1988). Essa função paterna condiciona o acesso do filho – que é também uma função, e correlativa da primeira - ao tipo de virilidade estabelecida e sua posição frente ao falo.

Desse modo, é importante salientar que Nome-do-Pai não equivale ao de um pai real, do biológico, do ser gerador, de um pai concreto e conhecido, mas diz respeito a uma função dentro da relação, é aquele investido pelo significante fálico como o ser que gera. Para pensarmos na abrangência dessa função, podemos nos remeter ao texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (LACAN, 1966[1958]1998), no qual Lacan disserta que o ato de gerar, a procriação em si, é sempre articulado pelo pai. Independentemente da forma que a ciência possa permitir que o espermatozoide fecunde o óvulo, também nesse processo haverá um reconhecimento de uma função que possibilitou a criação da vida. É por isso que Lacan fala de um reconhecimento de um significante puro concernente ao Nome-do-Pai como o autor da Lei.

Portanto, o fundamento do conceito de Nome-do-Pai é um significante e se dá à medida que o pai está morto enquanto pessoa e retorna sobre a forma de uma lei, conforme articulado em “Totem e Tabu” (FREUD, 1913/2012). Morto justamente porque a instância de aplicação da lei simbólica que caracteriza a instância da necessidade de separação mãe-bebê não admite encarnação possível: uma vez que qualquer sujeito que sofra o seu jugo, não pode sair de seu campo de incidência para promulga-se seu enunciador, isto é, o Pai só existe enquanto significante se for reconhecido e, não, conhecido. É por meio dessa subtração da corporeidade do Outro que se estrutura o campo da percepção para o sujeito no mesmo momento em que o Pai desse campo se ausenta.

Assim, o Nome-do-Pai metaforiza o desejo da mãe, não para impedir o desejo, mas para fornecer as condições de seu desenvolvimento. Ao atravessar o Édipo a criança assume o falo como significante de que o desejo (tanto o seu quanto o da mãe) é desejo do Outro (SALES, 2008). O significante do Nome-do-Pai pode ser entendido, então, por sua dupla função: como suporte da cadeia de sentido que estrutura o campo da realidade e como significante que limita a presença de gozo da mãe.

Por outro lado, a Lei materna não tem enunciação transcendental alguma, já que ela está totalmente ligada ao desejo da mãe. A castração paterna “salva” a criança de uma não assunção à condição de sujeito porque, ao pôr em jogo o falo como significante, instaura a mediação de possibilidades dialéticas, combinatórias e metonímicas, próprias ao registro simbólico, de lidar com os limites do eu, com a presença da autoridade e com o posicionamento no lugar da enunciação (LACAN, 1954-1955, 1985).

Mas nem por isso podemos conceber que a mãe seja uma figura passiva, la também exerce uma função, conforme salienta Lacan (1966[1958]1998). Isso porque a instauração da metáfora paterna só se dá por uma permissão dela, já que o reconhecimento do pai ocorre justamente pela maneira como a mãe se arranja com a pessoa dele e pela importância que ela dá a palavra dele na promoção da Lei. Então, o Nome-do-Pai se inscrever ou não pertence à ordem do acontecimento, dependendo do valor atribuído pela mãe à fala de um pai como presença e da execução empírica de um papel.

Há diversos tipos de relações que não possibilitam à criança ter o reconhecimento da figura paterna, e isso gera desdobramentos na relação com seu objeto de desejo. Quando essa permissão não ocorre, a relação que a criança vai estabelecer com a Lei se modifica radicalmente em comparação a quando a metáfora paterna ocorre; essas diferenças representam o cerne do que podemos chamar de estruturas clínicas. Desenvolvendo tais formulações, Lacan cita diversos tipos de relações que pais estabelecem com a lei e que podem acabar por corroborar com sua inscrição como insignificantes na posição da cadeia significante do filho, como os pais que literalmente fazem a lei, ou que são pilares da fé, os devastadores, os humilhados, entre outros (1966[1958]1998, pg, 586). Contudo, esse fracasso da metáfora paterna não diz respeito a uma falha da função ideal que o pai, real ou imaginário, tenha que exercer, mas da função do pai na cadeia significante do filho.

Portanto, o significante que sobrepõe o significado, referido no primeiro tópico desse capítulo, está relacionado à existência de um significante primordial, ou significante fálico, que se trata da Lei que sustenta todo o campo discursivo da realidade. Em resumo, nas palavras de Teixeira e Caldas (2017), o enquadre da realidade encontra-se transcendentalmente refletido à regulação do desejo da Mãe pelo do significante do Nome-do-Pai. Sua função é instituir o falo como significante à parte que emancipa o sujeito de sua alienação ao Desejo Materno, mediando sua destinação social ao ideal simbólico. Por sua vez, o discurso (a partir do qual se conecta ao referente) só permite referir a linguagem à realidade ao colocá-la sob o registro de um significante mestre. Assim, a realidade depende, para se constituir, da eleição arbitrária de um significante como fundamental, cuja consistência lógica apoia-se, em última instância, sobre a

base ilógica do assentimento à Lei, que é uma crença, uma apreensão, um ato, que exige do sujeito a adesão a uma norma que não demonstra sua razão de ser.

Tanto em Freud quanto em Lacan observamos essa insistência irreduzível em colocar a o falo como ponto crucial para a abertura do campo de significação possível do desejo. O falo é, assim, o significante fundamental em relação aos demais significantes que irão significar a realidade para o sujeito, filtrando como insignificante tudo que se coloca fora dessa relação (TEIXEIRA; CALDAS, 2017). Desse modo, ele passa a metaforizar a Lei, que remete a uma ideia de autoridade ao executar o corte em relação ao imaginário entre a mãe e a criança. Assim, estão dados os elementos para uma leitura estrutural do Édipo que foi possibilitada pela convergência de ambas as tendências no significante Nome-do-Pai (SALES, 2008).

Temos aqui um resumo da teoria do Édipo em Freud e Lacan. Essa teorização possui aspectos mais complexos que não trataremos nessa dissertação, como o pai castrado. Para além das problematizações referidas, esse desenvolvimento feito sobre a teoria edipiana e conseqüentemente sobre a castração, nos permite perceber que esses conceitos não se constituem somente como o “complexo nuclear” das neuroses, mas exercem uma influência decisiva como núcleo das estruturas clínicas e também como o ponto fundamental da sexualidade humana e do surgimento da ordem simbólica para o sujeito. Ainda, em outros termos, será a partir do Édipo que o sujeito irá estruturar e organizar o seu vir-a-ser, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos e de seu posicionamento frente à angústia de castração. Esse movimento também anuncia, ao mesmo tempo, a presença irreduzível do Outro (o pai) na constituição significante do sujeito (MOREIRA, 2004). Assim, o início da clínica está baseado em diferentes formas de produção de sintomas: os sintomas neuróticos, psicóticos e perversos propriamente ditos juntamente com o Complexo de Édipo. Eles exercem uma função muito importante no entendimento da psicopatologia, no sentido de pensar os modos de ser na linguagem e com o Outro.

Já foram mencionadas anteriormente as características gerais que envolvem o objeto alucinado; a busca constante pelo objeto de desejo que é sempre insatisfatória; a loucura, o delírio e a alucinação que não são privativos da psicose, mas fazem parte do funcionamento psíquico humano; a influência das figuras materna e paterna na constituição psíquica; a construção da realidade, com suas nervuras significantes, que sofre influência determinante da castração. Além disso, podemos sintetizar o que foi discutido nesse capítulo, nos valendo das considerações de Elia (2004) sobre a temática, ao discorrer que a ordem do significante não é disjunta, alheia ou indiferente às ordens do objeto a e da percepção, mas que todos juntos constituem o campo da significação fálica dos objetos imaginários, a tessitura do fantasma. É

em função da própria incidência do significante como tal que o objeto *a* se coloca. É também, no mesmo golpe, que o Nome-do-Pai o faz valer como Lei e que o falo se situa como o "significante da significação", isto é, o significante que terá a função estabelecer a ordem das significações, marcar os objetos imaginários, o lugar do *objeto a* e sua significação fálica.

Partiremos agora para as consequências, em termos estruturais, da operação da metáfora paterna e dos desdobramentos de quando ela falha, do que isso causa no sujeito em relação ao seu objeto de desejo e as consequências do Édipo para o problema da realidade.

CAPÍTULO 3

A OPERACIONALIZAÇÃO DA LINGUAGEM NAS ESTRUTURAS CLÍNICAS

Vimos anteriormente que o símbolo do desejo do outro - que se trata do desejo da mãe – se torna o desejo do Outro – enquanto função expressa e simbolizada na cultura – e este é justamente pelo Falo, imagem sexualmente investida daquilo que falta ao corpo da criança e que se eleva a categoria de significante da presença do significante no Outro, ou seja, da presença de seu desejo. Assim, o falo representa a não conformação do desejo a qualquer objeto e uma eterna remissão ao desejo do Outro, isto é, à própria Lei inconsciente decretada pela estrutura que torna o desejo indissociável do significante.

Nessa terceira parte da dissertação, avançando a partir do que foi discutido nos capítulos anteriores. A concepção de realidade psíquica nos desperta para uma nova concepção de realidade - em comparação a definições empreitadas por ideologias biologicistas - que é a do furo, do barulho, da batida na porta, uma realidade que está ali à espera, e que só se apresenta à consciência a posteriori, sob a forma da representação. A realidade psíquica está no limite entre a cadeia significante e os furos que ela contempla – já que o simbólico é incapaz de abarcar todo o real em palavras. O encontro com essa realidade ocorre no intervalo ínfimo entre o sonho e o despertar, lugar no qual se dá a ruptura entre a percepção e a representação; essa realidade permanece ali, retornada na insistência dos signos, nos deslocamentos e condensações, onde se misturam traços do passado e do presente, se repetindo por meio de formas indefinidas, que passam a ser significadas para o sujeito.

3. 1 A realidade em um viés estrutural

A Lei da fala, produzida pelos modos de lidar com a castração, demarca algumas características distintas concernentes à organização estrutural. Sobre o viés estruturalista de pensamento, Lacan (1955-1956/1988) discorre que há alguma coisa comum nas estruturas clínicas e que se reproduz em certas formas que compõem a totalidade do funcionamento psíquico. Em outros termos, é sempre a mesma força estruturante que está trabalhando no delírio ou na fantasia, quer os consideremos em uma de suas partes ou na totalidade. Assim, o sujeito aparece em qualquer fala, seja ela apresentada sob a forma de delírio, alucinação ou fantasia. Portanto, há um sistema regido por uma lei e que engendra uma estruturação de funcionamento.

Diante disso, podemos reiterar que delírios e alucinações não são erros perceptivos em relação a uma realidade verdadeira, já que sequer podemos utilizar uma realidade a nível de verdade como referencial. Também podemos concluir que tais sintomas não são específicos de determinada moléstia – a saber, a denominação comum de paré-los ao diagnóstico de psicose. Essas renúncias em caracterizar tais sintomas por esses âmagos nos direciona a buscar entender o que inaugura as estruturas clínicas e quais as relações que elas estabelecem com o simbólico na constituição da realidade.

Podemos dizer que, para a psicanálise, de modo geral as estruturas clínicas são modos de estar na linguagem, modos de estar com o outro, ou seja, modos de se fazer sujeito na linguagem com o outro. Maleval (2003/2014), fazendo um apanhado teórico freudiano e lacaniano, discorre que essas estruturas são constituídas por elementos do discurso particular ao qual elas se articulam. Ele as concebe como um importante instrumento psicanalítico que articula intervenções clínicas; isso porque o direcionamento da técnica se diferencia para cada paciente e há sutilezas estruturais que também geram um manejo diferente. É o que Maleval nos traz ao discorrer que aplicar o mesmo modelo da clínica para indivíduos que apresentam diferenças estruturais no modo de se posicionarem é fazer com que eles se adaptem a uma cama de Procusto e a prática, nessas circunstâncias, pode mostrar-se desastrosa. Assim, a clínica da psicose possui um método específico, diferente da clínica da neurose. Nessa concepção, Maleval afirma que:

[...] a detecção da estrutura do sujeito condiciona de maneira decisiva a condução do tratamento. A confiança ingênua na “histericização do psicótico” não é mais aceitável: sabe-se atualmente que as intervenções próprias para temperar o gozo desenfreado [na psicose] devem ser claramente distintas daquelas orientadas à análise do recalado [na neurose] (MALEVAL, 2003/2014, p. 112).

Lacan elabora seus estudos embasando o tratamento das psicoses pela via estrutural, o que remete à interligação entre linguagem e estruturas clínicas. Para isso, o psicanalista francês recorre ao estruturalismo apresentado por Lévi-Strauss. Para Lévi-Strauss (1949/1975), “a estrutura é um conjunto de leis que operam pela combinação sincrônica de pares de significantes entendidos como seus elementos constitutivos” (p. 215-225). Assim, a ela é atribuída a função de responder pela explicação da ordem da aparência e, à sua luz, supõe-se que os termos últimos dos laços sociais ou dos campos de significação do convívio comunicativo (a religião ou a magia, a produção e a troca de bens, o parentesco, etc.) constituem conjuntos de relação de leis submetidas a transformações. Desse modo, a estrutura refere-se a elementos atômicos formais – que não possuem conteúdo, realidade, imagem, essência, significado ou forma – dispostos em

séries e combinações determináveis que explicariam tanto a constituição da totalidade do fenômeno quanto as possibilidades de variação entre os próprios elementos constituintes.

Com isso, Lévi-Strauss (1949/1975) possibilita que trabalhem com o conceito de estrutura vislumbrando-a por um sistema de pensamentos, por um conjunto de problemas que individualmente não podem ser resolvidos, mas que são postos em uma equação e, dentro desta, vão se produzindo efeitos, como os sintomas, as inibições, as angústias. Comunicando as concepções desse autor com o fazer clínico psicanalítico, pode-se vislumbrar como a articulação da cadeia significativa nos diz muito sobre uma repetição, um desejo, uma estrutura de funcionamento.

Mais do que um empréstimo pontual, segundo Silva (2017), a influência estruturalista de Lévi-Strauss, fornece a Lacan, sobretudo, a possibilidade de relacionar a dimensão do inconsciente a uma concepção estrutural de linguagem. Para a autora, tal influência torna possível isentar o conceito de inconsciente de um problemático psicologismo, na medida em que passa a ser o correlato de uma dimensão alteritária, social e compartilhada, que é a linguagem – ou, ainda, suas leis – ao invés de corresponder a um âmbito representacional privado, abordagem que reverbera em Lacan (1953/2003, p. 141) quando o vemos afirmar, por exemplo, que “o papel constitutivo do que é material na linguagem impede que a reduzamos a uma secreção do pensamento”.

Teixeira e Caldas (2017) discutem sobre a frase atribuída a Lacan, cujo cunho chistoso acabaria por consolidar-se como aforismo: *Não é louco quem quer, mas quem pode*. Para esses autores, tal frase traz que a loucura não se traduz por um capricho, uma circunstância instituidora, um fator biológico-constitucional, mas que antes se faz necessário já estar disposto a tanto. Assim, podemos apreender que não somente a psicose, mas também a neurose e a perversão como estruturas remetem a uma disposição linguístico-estrutural prévia. Esta disposição concerne a um modo sui generis de estruturação que determina a relação do sujeito com o seu objeto de desejo. De acordo com esses autores, no fundo, a forma de desejar, a forma de estar com o outro é o que define uma estrutura na concepção lacaniana.

Os recortes teóricos empreitados no âmbito psicanalítico lacaniano contemplam as estruturações como sendo amplas e não rígidas; sintetizam ainda que não há uma separação radical entre elas, pois se misturam e se assemelham em diversas características. Assim, não há sintomas, mecanismos de defesas ou fenômenos próprios de cada categoria clínica, a análise estrutural é feita de outro modo, do qual falaremos melhor na próxima parte do capítulo. Refletindo sobre as palavras de Maleval (2003/2014), pensar uma separação estrutural nos serve

mais para vislumbrar a técnica e os métodos de tratamento do que a expressão de um real de separação em conjuntos.

Portanto, frente à existência de simetrias e assimetrias entre as estruturas, podemos dizer que todas compartilham uma característica radical em comum, que concerne a uma insanidade humana em virtude da busca por um objeto de desejo inalcançável – produzido por uma percepção alucinatória – e pelo delírio universal, relacionado à inexistência de um correlato entre uma representação e um objeto real que o represente na percepção. Frente a essa loucura universal humana, podemos deduzir a impossibilidade da criação de um catálogo de separações entre modos de comportamentos de um louco e de um indivíduo normal, assim como não dá para diagnosticar alguém como psicótico com a justificativa de que seus comportamentos e julgamentos são irracionais e não se adequam ao que é concebido como realidade e verdade.

De modo semelhante, o discurso literário expõe em muitas obras a insensatez daqueles que tentam estabelecer fronteiras entre a normalidade e a loucura. Em “O Alienista”, por exemplo, de Machado de Assis, publicado em 1882, o médico Simão Bacamarte tenta internar em um sanatório todos os indivíduos que apresentam características definidas como próprias da loucura. Essa tentativa termina por causar um caos na cidade, pois a quase totalidade dos habitantes é internada, e o médico, por fim, se dá conta, que todos acabam tendo algum aspecto de insanidade. No fim das contas a obra expressa que a diferença não salta aos olhos, que não é possível ter uma imagem do que é uma conduta normal, ou mesmo compreensível, e distingui-la da conduta patológica. Ao perceber a própria insanidade de tentar executar essa discriminação, o médico termina por libertar a população e se internar no sanatório.

Portanto, as estruturas clínicas não representam a ideia de uma doença naturalizada, ou de uma patologia que discrimina o indivíduo como um anormal. No fundo, as três estruturas não se opõem a normalidade, elas são modalidades combinatórias para lidar com a fantasia ou com o fracasso dela; elas caracterizam justamente o estar no mundo, estar com o outro e lidar com a falta.

3. 2 A cadeia significativa na neurose e, suas particularidades, na psicose

Além de considerar o radical comum da loucura entre as estruturas clínicas no que concerne à realidade psíquica, analisar as divisões estruturais como consequência da função operativa da linguagem implica formular a individualidade de cada uma delas no que se refere à posição que ocupam frente ao simbólico. Para realizar tal tarefa, vamos limitar a análise à

diferença fundamental entre duas estruturas: a neurose e a psicose, dando uma ênfase maior à falha na instauração do Nome-do-Pai que ocorre nessa última. A realização de tal enquadramento teórico não objetiva adentrar propriamente no campo da diferença entre as estruturas clínicas, já que esse não é o foco do nosso trabalho, mas refletir sobre o papel da linguagem na constituição estrutural e, deste, na construção da realidade psíquica.

Então, retomando o que vimos no capítulo anterior, o cerne da diferença estrutural se baseia na instauração do Nome-do-Pai. Para entendermos como se dá essa assimetria, faz-se importante buscar fontes que nomeiem o que interliga as chamadas nervuras significantes às concepções de estruturas clínicas.

Vislumbramos que é no segundo tempo do complexo de Édipo que se dá uma distinção fundamental do ponto de vista da determinação das estruturas clínicas, que se refere à decisão de como o sujeito vai responder a castração que lhe está sendo apresentada pelo pai. O Nome-do-Pai vem a ser, portanto, o ponto de basta para a separação da tríade imaginária mãe-falo-bebê, o que faz com que a importância do Édipo esteja em sua representação de uma configuração transcendental - articulada pelo Falo – que constitui o significante fundamental necessário para manter toda a cadeia discursiva. É a relação com a falta estrutural que nos diz se o sujeito irá recalá-la, rejeitá-la ou denegá-la. Diante disso, ou o sujeito inscreve, afirma no simbólico, ou ele foraclui, suspende essa inscrição. Mas também pode ocorrer uma outra resposta ao pai, que está caracterizada, em Freud, como *verleugnung*, ou seja, a recusa, o desmentido, que é o processo estruturante da perversão. No caso da perversão, tem-se um desmentido da castração, que retorna no simbólico-imaginário numa estrutura centrada num objeto, que é o fetiche. Portanto, tanto a neurose quanto a psicose e a perversão se definem por uma determinada resposta frente a castração (MIELI, 2012).

Sobre a concepção da inscrição edípica na cadeia simbólica, Pascal, citado por Lacan (1955-1956/1988, p. 26), fala da necessidade de uma loucura que está inscrita na cadeia significativa e é legitimada pela lei simbólica, a saber, a neurose. Ela é necessária porque, segundo o autor, não ser louco dessa loucura de todo mundo seria ser louco de outra forma de loucura, ou seja, da loucura parcial do delírio na psicose.

Inaugurar o que se nomeia como neurose se refere a concluir por um processo de negação, processo no qual o pai real pode ser evitado e recobrado simbolicamente. Para Freud (1923/2011), na neurose, o Eu, visando se defender de uma pulsão poderosa de satisfação vinda do Id, satisfação que poderia ser devastadora e inconcebível ao convívio civilizatório, o faz por meio do mecanismo de repressão. Isso porque há no sujeito neurótico a incapacidade de enfrentar essa parte escamoteada, que é secretamente conservada em forma de recalque. É por

esse viés do recalque que Freud (1925/2011) discorre que uma porção da realidade, enquanto realidade psíquica, é evitada por meio da fuga, visando a um afastamento do desejo que está em conflito com o bem comum. Sobre essa citação, faz-se importante ressaltar que a esquiva e a fuga da realidade, mencionadas por Freud, não se referem a uma pressuposição de uma realidade verdadeira e objetivável, mas elas apontam que é a realidade psíquica que é escamoteada.

Freud (1924/2016b, p. 234) discorre que os sintomas, as fantasias e o afrouxamento das relações com a realidade são, na neurose, o efeito de um retorno do recalado para o simbólico, sempre conservada no inconsciente, mas, por assim dizer, secundariamente revestida de um "sentido secreto que chamamos de (nem sempre de maneira inteiramente apropriada) simbólico". Em outros termos, o que é reprimido não ocorre de forma plena e retorna por meio de um substituto que o represente, conseqüentemente é reproduzido nas fantasias e nos sintomas neuróticos; eles fazem a reconstrução de satisfações para os objetos de desejo impondo, com isso, ao eu, o retorno do recalado.

A restrição que Freud faz do termo "simbólico", parece a Azzi (2007) remeter ao fato de o Isso não se articular a esse tipo de linguagem, mas se atrelar a outro modo, o qual também produz "símbolos". A essência da neurose freudiana consiste, então, no retorno do recalado enquanto esse retorno leva à organização da realidade, segundo um sentido "secreto", "simbólico". Retorno que não se dá no discurso articulado do sujeito, mas nos sonhos, sintomas, lapsos, atos falhos, esquecimentos, *acting-out*, em tudo que constitui a trama efetiva da existência. Esse discurso articulado é construído pela falta neurótica e Teixeira e Caldas (2017), sobre isso, argumentam que a falta se organiza confrontada diante do vazio que se impõe a partir da não correspondência das palavras às coisas que elas parecem designar, da não correspondência também entre o objeto de desejo e o objeto encontrado. O que se demanda e se deseja no campo onde a linguagem se corporifica é, justamente, uma voz, uma palavra, um olhar, jamais encontrados.

Comentando Freud, Lacan (1955-1956/1988) articula que o pivô para o desenvolvimento da neurose é o objeto fálico, que ocupa a posição central na economia libidinal. Em outros termos, é pela aceitação da castração que o sujeito deve pagar um preço tão pesado quanto o remanejamento de toda a realidade. Contudo, nem sempre essa instituição do Nome-do-Pai se dá como elemento de separação. Falamos brevemente, no capítulo anterior, de quando ocorre essa falta do Nome-do-Pai, termo ao qual Teixeira e Caldas (2017) descrevem, em termos mais precisos, como a intenção do que seria o pai, a importância

simbólica de um nome que articula uma linhagem familiar, uma série de gerações, uma narrativa, trata-se, portanto, do Nome que antecipa e perpetua a existência do sujeito.

O que se passa, então, se essa certa falta se produzir na função formadora do pai? Questionamos aqui, em outros termos, quais as consequências de quando ocorre a rejeição do significante primordial, esse elemento que, no campo da linguagem, seria o ordenador de uma história. Ora, quando a inscrição desse nome vem a faltar, dizemos em psicanálise, que se dá a inauguração de um funcionamento estrutural psicótico.

Lacan (1955-1956/1988) frisa que Freud jamais deixou de falar que a função do pai e o complexo de castração constituem o problema fundamental da psicose. É importante salientar também que para esses dois autores, a psicose não é concebida como um fenômeno orgânico, uma deficiência ou como uma desordem, um caos, mas sim como o que Lacan chama de uma “ordem do sujeito”; uma ordem subvertida da neurose, mas que não deixa de ter uma coerência a seu modo. Portanto, a psicose não será vista em um caráter de doença, de inferioridade ou de anormalidade em relação as demais estruturas.

No método de análise psicanalítico concernente às psicoses, podemos observar uma efetiva fecundidade inaugural da investigação de Freud tendo como suporte a obra “Memórias de um Doente dos nervos”, de Daniel Paul Schreber (1903/2006). Freud (1911a/2010) faz uma análise do discurso desse documento escrito, que não apenas nos serviu, desde então, como um testemunho de um sujeito que fala sobre a sua angústia de ser perseguido/amado por Deus, mas que também nos trouxe uma produção desse estado terminal da psicose. Foi por meio de tal análise que Freud lançou sobre a evolução do processo teórico as primeiras luzes que permitem avançar no esclarecimento da determinação peculiar em tal estrutura.

A partir disso, segundo Freud (1925/2011), para o sujeito psicótico, o que é intolerável na realidade, inadmissível em sua percepção sobre o outro - no que se refere à constatação de que ele não é o falo da mãe - é enfrentado por meio da substituição dessa realidade por outra construída a partir dos desejos do Id. Consequentemente, é retirado o investimento do mundo interior (Eu), representado pelo mundo exterior, e é criado um outro mundo exterior. Nessa perspectiva, o delírio exerce a função de um remendo colocado a essa fissura estabelecida pelo conflito entre o Eu e o mundo exterior. Em suma, colocar no mundo exterior o Id – ao invés de reprimi-lo, como na neurose – impõe ao Eu a construção, em termos radicais, de uma nova realidade, não mais uma representação da realidade em fantasias.

Assim, podemos sintetizar que os entrelaçamentos entre neurose e psicose com a concepção de realidade, segundo Freud (1925/2011), remetem que ambas ocorrem em consequência de um afastamento da realidade que é, em si, conflituosa às satisfações pulsionais;

por outro lado, esse afastamento é realizado de modo bastante diferente; a diferença mais importante entre essas duas estruturas é que, enquanto a neurose seria decorrente de um conflito entre o Eu e o Id, a psicose é o desfecho de uma perturbação nos laços entre o Eu e o mundo exterior, culminando em uma negação e posterior substituição da realidade por meio de delírios.

Freud formula a partir dessa construção teórica que, na psicose, ocorre uma retirada da libido dos objetos por uma regressão narcísica desta, que é direcionada ao delírio. A partir dessa formulação, a amarração ao desejo tem de ser vislumbrada também no delírio, assim como é feita quando se formula que o desejo aparece no sintoma e na fantasia neurótica, Dessa forma, o que é recalcado na psicose aparece sem máscaras no imaginário, ao contrário de como aparece na neurose, sob uma máscara nos símbolos (LACAN, 1955-1956/1988).

Desse modo, o cerne da tese de Freud (1925/2011) sobre a psicose, introduz que a própria realidade é provida de um buraco que a elaboração delirante – construída a partir do desejo - virá preencher. Podemos dizer então que, nessa reconstrução, produto das formações inconscientes, o que é rejeitado volta do exterior, ao invés de voltar na forma de sintoma pelo retorno do recalcado. Ou seja, faz voltar de fora o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito.

Nesse sentido, Lacan elabora que a diferença fundamental concebida por Freud entre as estruturas pode ser rastreada pela forma como cada uma resolve o conflito entre a perda da realidade e a sua substituição delirante. Desse modo, em relação à distinção entre a neurose e a psicose, Lacan argumenta que:

[...] é num acidente desse registro (simbólico) e do que nele se realiza, a saber, na foracclusão do Nome-do-Pai no Lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, como a estrutura que a separa da neurose (LACAN, 1966[1958]1998, p. 582).

Para Soler (2007, p. 12), a utilização por Lacan do termo condição implica dizer que a foracclusão não é um fenômeno, ou seja, é uma hipótese causal que não pode ser observada; assim, não é possível diagnosticar uma psicose por meio da foracclusão. Mesmo não podendo identificá-la, é possível vislumbrar seus efeitos, e são justamente eles que permitem conhecer os fenômenos que marcam o estar no mundo desses sujeitos.

Assim, Lacan define a falha na instituição do significante do Nome-do-Pai, sua ausência no nível do Outro, como foracclusão do Nome-do-Pai e instauradora da psicose. Nesses termos, Lacan (1955-1956/1988) argumenta que o Outro, quando é instituído pela metáfora paterna, reconhece o sujeito como tal e, conseqüentemente, o sujeito busca nele reconhecimento. Mas

esse Outro se encontra excluído na fala delirante. Isto é, não é do Outro de natureza simbólica, sujeito que não é conhecido, que se trata em tal estrutura; quem fala ao sujeito psicótico é o outro conhecido, um outro que tende a um caráter irreal e que se situa no nível do imaginário. É por tais características de como o Outro aparece ao sujeito que se dá os fenômenos elementares da psicose, os quais se baseiam em um Outro não constituído da Lei, devastador, destruidor, persecutório, alheio a si. A própria existência do sujeito na cultura é influenciada por essa falta e retroage no modo de perceber.

Portanto, os estudos desenvolvidos pela psicanálise nos trazem que a distinção entre neurose e psicose é que, na psicose, a criação da realidade não obedece as bases que a cultura oferece ao sujeito para que ela seja criada; isso se daria porque não há uma interdição da lei que ofereça os moldes significantes para se perceber, em detrimento da presença dessas características na neurose. Está aí também a distinção na manifestação dos fenômenos psicóticos e dos sintomas neuróticos: o delírio é colocado no lugar da realidade externa, enquanto que a fantasia apoia-se no simbólico para produzir seus objetos de satisfação. Já que a psicose se dá por uma não inscrição, da ordem no Nome-do-Pai, do significante, no simbólico, os sintomas (como a alucinação, o delírio, as intrusões de pensamento, os transtornos de estranhamento corporal, os ecos de estranhamento, as formas de angústia) voltam não na ordem do simbólico, mas na ordem do real.

A partir dessas construções sobre as estruturas, Lacan (1966[1958]1998) apresenta como tese em seu texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” que, para ocorrer a entrada na psicose é preciso que o Nome-do-Pai, *verworfen*, foracluído, isto é, “jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito” (p. 584). Para explicar essa citação, podemos encontrar construções teóricas referentes a ela na análise que o autor francês faz em “O Seminário, livro 3: As psicoses” (LACAN, 1955-1956/1988), na qual é elaborado que a entrada na psicose se dá justamente no momento em que do outro, que aparece em sua relação puramente imaginária, no campo do Outro, vem o apelo desse significante do Nome-do-Pai que, na psicose, falta na relação do sujeito com a realidade. Essa invocação simbólica pode se dar com o surgimento de diversas circunstâncias na vida do indivíduo, como a paternidade, a maternidade, um novo emprego, a perda de alguém ou de um ideal, entre outros.

Em outros termos, o fator causal para o desencadeamento nessas situações advindas é que o sujeito seja convocado a responder a elas justamente em um lugar onde não se realizou a metáfora paterna, quando está sendo convocado o Pai real, não o pai do indivíduo, mas o Um-Pai - esse Um-Pai que, no passado ou no presente, nunca exerceu sua função. Assim, mesmo o

indivíduo já estando predisposto a essa estrutura (conforme vimos, quando falha a metáfora paterna), é quando as amarrações imaginárias que ele havia construído sobre a realidade passam a não dar mais conta das novas demandas, é que Lacan (1966[1958]1998) diz que se desencadeia o quadro diagnóstico correspondente a psicose.

De acordo com o psicanalista francês, subsequentemente a esse desencadeamento, se dá início uma série de tentativas de remanejamentos do significante frente à realidade, com uma desarticulação e confusão do imaginário, até que seja alcançada uma certa estabilidade onde significante e significado se articulam à metáfora delirante. É nesse processo de brilhante construção que, segundo Lacan, Schreber chega ao fim de seu delírio, quando se intitula como “mulher de Deus” para dar origem a novos seres que repovoarão o mundo. A vivência delirante primária remete, assim, ao colapso da realidade do discurso estabelecido pela emergência de um signo que não encontra lugar na cadeia discursiva e que, por isso, necessita da criação de outra via de sentido (LACAN, 1966[1958]1998).

Sobre a presença desse signo isolado da cadeia discursiva, Teixeira e Caldas (2017) discorrem que ele se expressa por meio de uma presença inquietante na busca de uma articulação a um significado e, desse modo, ele se converte no que os autores chamam de um enigma. A partir disso, a interpretação delirante virá respondê-lo, dando-lhe um significado, na tentativa de religá-lo a uma cadeia de sentido. Portanto, o que há em comum entre as elaborações teóricas citadas é que as causas da ruptura com a realidade na psicose não podem ser encontradas em um processo orgânico, mas na própria estrutura que também determina o seu desencadeamento, a estrutura que é de linguagem articulada a um significante primordial, como vimos, o sinal de basta da castração que falta na psicose.

A partir dessa explanação, faz-se importante questionar o que acontece, no nível estrutural por consequência da falha da metáfora no lugar da linguagem, no lugar do Outro. Para esse fim, Lacan (1955-1956/1988) nos possibilita o acesso a um vasto arsenal teórico que a complexidade sobre a temática da realidade na psicose inaugura. Em todo o seu ensino, o psicanalista expõe como a linguagem é habitada pelo sujeito neurótico o qual toma aí, mais ou menos, a fala por todo o seu ser. Para além disso, o autor também faz uma análise profunda sobre como se dá a relação do sujeito com a linguagem na psicose e elabora que, nessa estrutura, ela também ocorre como elemento fundante da subjetividade, pois pela falta do Nome-do-Pai, a fala é elevada, aí, a primeiro plano; isso, em termos tão radicais, que ela fala sozinha, em voz alta, com sua neutralidade, bem como com seu som e seu furor – é o que podemos observar, por exemplo, na alucinação. É por isso que, para a perspectiva psicanalítica, podemos dizer que na psicose, ao invés de habitar, o sujeito é habitado pela linguagem.

Outro traço da fala do sujeito na psicose é que ele ignora a língua que fala. O neurótico também não se dá conta do que diz, mas isso tem a ver com duas características básicas do inconsciente: a de que ele é articulado como uma linguagem e a de que esse modo de articulação não necessariamente é reconhecido como tal. Contudo, a singularidade da psicose é que o Eu fala e comenta sua atividade como se fosse um terceiro. Portanto, essa fala vem do externo trazendo o que é mais íntimo de seu desejo, é por isso que dizemos que ela aparece no âmbito de real. Fala-se, assim, de uma abertura na ordem do real do desejo na psicose na medida em que, para Lacan (1966[1958]1998), o inconsciente aparece, a céu aberto, ou seja, não mais no nível do recalque. Consequentemente podemos concluir que o que é recusado na ordem simbólica ressurge no real sob a forma de alucinação. Na alucinação o sujeito está completamente implicado com o seu eu, com o qual ele fala; ao descrevê-la, ele que fala dele mesmo.

Assim, a alucinação é um exemplo manifesto do que transparece no modo como o psicótico descreve e não se implica no seu discurso. Esse fenômeno não será aqui reduzido a uma explicação de disfunção ou mau funcionamento dos órgãos do sentido. Isso porque, Lacan (1955-1956/1988) mesmo nos adverte, e que já foi sistematicamente comprovado, que ele não diz respeito às funções sensitivas (se assim o fosse, como explicar que um surdo também tem alucinações auditivas?), mas está articulado ao ato de ouvir. Para além disso, mesmo que saibamos que o que aparece nas alucinações, o inconsciente a céu aberto, é a própria voz do sujeito, não reside aí o problema. Ele está, segundo Lacan, na formulação de que a palavra não pode acompanhar a intenção do sujeito sem dele se desligar por meio da fala do Outro. É por isso que Lacan (1966[1958]1998) fala que na alucinação o sujeito não pode escutar-se sem se dividir (dividir-se no eu e na voz externa que lhe fala). Ou seja, o sujeito é indiferente, é passivo na produção de uma cadeia significante quando alucina. Essa cadeia se impõe a ele em sua dimensão de voz, de olhar como se não fizesse parte dele, como se viesse de fora.

Diante da manifestação não só de alucinações, como também de delírios - que só ganham um significado à luz do simbólico -, podemos sintetizar, sobre a construção da realidade psíquica nas psicoses que, ao contrário da elocução de muitos autores, o psicótico entra sim na linguagem. Prova disso é o fato de que, em indivíduos que já estão pré-dispostos à psicose, muitas vezes, ela se desencadeia após algumas intervenções clínicas feitas em sessões de análise. Portanto, a proposta conceitual de Lacan (1955-1956/1988) sobre a relação da psicose com a linguagem é que o psicótico prescinde é da cadeia significante, é da herança simbólica transmitida entre gerações sucessivas.

Logo, segundo Teixeira e Caldas (2017), o que a semiologia da percepção na psicose revela é tanto a falência da mediação perceptiva quanto a ausência de uma ordenação que permita sua delimitação no interior de uma prática discursiva compartilhada. É nesse sentido que, no desencadeamento da psicose, se dá uma multiplicação de signos ilhados de uma cadeia significante - isolamento que é gerado pela ausência do enquadre discursivo.

Vimos que o Nome-do-Pai, sendo instituído no campo do Outro, aparece como símbolo da Lei e o sujeito está predisposto ou não a poder recorrer a ele. Em suma, podemos então dizer que o que Freud denominou como castração e o conceito instituído por Lacan como Nome-do-Pai são pontos fundamentais para a análise do estabelecimento dos modos de interação com a cultura, o que diz muito sobre a importância da linguagem na construção da realidade. Diante do exposto, podemos então observar a existência de tipos de relações estabelecidas com o simbólico, individuais em cada estrutura clínica e singulares em cada sujeito. Partiremos agora, por fim, na articulação desses conceitos trabalhados à problemática da realidade. Para isso, além da via simbólica, tomaremos o real e o imaginário, em suas interações com o desejo e o Outro, como pontos fundamentais na estruturação simbólica da realidade.

3.3 Nem tudo é linguagem: nomeação do imaginário e do real

A partir do ponto em que chegamos ao que foi desenvolvido ao longo do estudo, surgem duas questões pertinentes a serem propostas nesse momento: se a realidade psíquica se constitui em relação à cadeia discursiva e se o objeto de desejo não é o objeto real que o originou, o que faz com que tenhamos a sensação de realidade? A partir disso, o que ocasiona, então, o grampeamento do sujeito à realidade?

O arsenal teórico freudiano e lacaniano que foi discutido nesta pesquisa pode nos auxiliar na reflexão de tais questões. Vislumbramos que, apesar de a percepção se constituir como alucinatória e da existência de constantes deformações subjetivas quanto a realidade externa, impulsionadas pela relação com o objeto *a*, o aparelho psíquico não consegue realizar essa discriminação do que seria real ou não. Se assim o fizesse, a organização simbólica não seria possível como meio de busca do desejo. Desse modo, ao mesmo tempo em que o *objeto a* move as ações, também estagna o sujeito a uma distância que não lhe permite se satisfazer com esse objeto.

Para além dessa razão, o sentido da existência de uma realidade nos remete a duas vias de construções teóricas empreitadas por Lacan. Esses dois modos - e que no fim se articulam –

que o psicanalista utiliza para falar de realidade, não deixam de seguir a estrutura do inconsciente e do aparelho psíquico propostas por Freud. O primeiro deles é o que faz referência ao Outro frente à castração, o qual estudamos no tópico anterior. Ele se refere à posição que o Outro ocupa no discurso promovendo a instauração das estruturas clínicas, o que resulta na constituição subjetiva e no modo de relação estabelecida com o mundo.

Em uma segunda perspectiva, ao recorrermos ao “Seminário, livro 3: As psicoses” (LACAN, 1955-1956/1988), para pensar as diferenças entre a neurose e a psicose, vimos que Lacan segue pontuando um caminho que seria o da relação com o próprio desejo na neurose, na qual ele é recalcado e encontra-se no registro simbólico, e que se diferencia da relação estabelecida com o desejo na psicose, a qual se encontra no imaginário e aparece às claras, sem máscaras, no real (nos fenômenos elementares). Isso remete ao segundo modo de construção da realidade, citado por Lacan, que se dá pela presença de três registros - a saber, o real, o simbólico e o imaginário. A partir disso, faz-se importante articularmos a função que tais registros têm para compreendermos o conceito de realidade.

Soler (2007) apresenta em seu livro “O inconsciente a céu aberto na psicose” que, para Lacan, na formação da cadeia significante, constituída por metáforas e metonímias, são fundamentais três temas: o significante, o significado e o referente a ser significado, ou seja, o ser do ente. Temos aí então a distinção entre simbólico, que decorre no significante, real, e o imaginário, do significado.

Discorrendo sobre o último destes, o que está no cerne do registro imaginário é a primeira relação que o sujeito estabelece com o outro. Essa categoria é desenvolvida a partir da referência que Lacan toma da etologia, ou seja, da consideração de que o ser humano é um tipo de animal. Nesse registro, fala-se da existência de uma série de automatismos que dizem respeito a uma relação estabelecida com a própria imagem. Lacan utiliza inicialmente o termo imaginário justamente para se referir a autoimagem, produzida pela visão unificada do corpo.

De acordo com Lacan (1953/2005), a busca por satisfação no desejo pelo sujeito não é da ordem a que chamamos satisfações orgânicas, que se tratam das necessidades básicas do corpo como fome, sede, sono, sexo, etc., e que têm um objeto puro e simples de satisfação no real. A economia envolvida na satisfação está pouco ligada a tais ritmos orgânicos fixos, embora comande uma parte deles. Esse último tipo de satisfação mencionada, se encaixa, segundo Lacan, na categoria do imaginário. Nesse sentido, Lacan (1953/2005, p. 20) formula que “[...] um comportamento pode se tornar imaginário quando sua orientação a partir de imagens e seu próprio valor de imagem para um outro sujeito, o torna suscetível de deslocamento fora do ciclo que assegura a satisfação de uma necessidade natural”. O psicanalista ainda acrescenta que tal

mudança se trata sempre de comportamentos sexuais, isso porque até mesmo objetos que naturalmente não trazem nada que possa possibilitar uma satisfação sexual podem ser deslocados para esse plano e servirem como meios de propiciar prazer por meio de fantasias.

Conforme estudamos no primeiro capítulo, Lacan utiliza a fundamentação teórica da metáfora do espelho, nomeada como Estádio do Espelho, para falar sobre como se dá a instância do imaginário. A partir disso, o psicanalista (LACAN, (1966[1949]1998) discorre que é estabelecida uma relação conflituosa entre o eu e o outro – outro aqui se refere a visão de um semelhante, de um próximo. Desse modo, o senso de unificação produzido pela imagem se dá por meio da visão de um outro semelhante: é na medida em que o eu se depara com a presença de um outro e percebe que o externo não é uma extensão de seu próprio corpo, é que dizemos que esse eu passa a constituir uma visão da própria imagem em um senso de unidade e tal imagem é produto da função que a criança tem para o outro.

Segundo tal definição, esse outro, que aparece na realidade como um semelhante, exerce uma relação de domínio sobre o corpo do bebê e é dessa forma que ele é introjetado ao eu como tal. Assim, esse outro que, embora externo, também se faz interno, presentifica constantemente um risco de anular o eu na medida em que impõe que esse eu se submeta a ele. É por essa razão que o *“eu é esse mestre que o sujeito encontra em um outro, e que se instaura numa função de domínio no cerne de si mesmo”* (LACAN, 1955-1956/1988, p. 110, grifos do autor). É por meio desse processo que se produz uma relação especular, na qual somente um dos dois pode sobreviver, que é manifestada por identificações, perseguições, mortificações e exclusões nas quais se sustenta o imperativo *“ou ele ou eu”*. Portanto, para Lacan (1953/2005, p. 30),

a função imaginária do eu funciona como unidade do sujeito alienado em relação a si mesmo. O eu é isso em que o sujeito só pode se reconhecer inicialmente alienando-se. Ele não pode então se reencontrar senão abolindo o alter ego do eu.

A partir das nuances de tal instauração, Lacan (1955-1956/1988) fala então que se dá uma agressividade pulsional fundante entre o eu e o outro culminando em uma luta constante entre os interesses do eu e do outro. É por isso que ele diz que o estabelecimento de uma relação imaginária é tomar o outro como igual e rival em uma relação caracterizada por ser *“agressiva, paranoica e incestuosa nela mesma, estando destinada à ruína”* (p. 115). Assim, em termos precisos, para entender a definição de Estádio do espelho basta compreendê-lo como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (LACAN, (1966[1949]1998).

Diante dessa confusão de papéis, onde o sujeito sente que é o outro e que o outro é ele, ali onde a imagem especular é aplicada ao máximo, o outro não passa de um reflexo do eu. Daí a necessidade de construir um ponto que constitua o que é transcendente: justamente o outro como Outro.

Consequentemente, visando se proteger desse esmagamento geral, faz-se necessário o sinal de basta, que mantenha relação, função e distância entre o eu e o outro. Tal interdição que sutura, em parte, esse conflito, é produzida pela ordem da palavra (LACAN, 1955-1956/1988). O simbólico, conforme vimos, permite ao sujeito transcender à relação agressiva fundamental com a miragem do semelhante. Lacan (1953/2005) faz uma interpretação dessa temática relacionando ao texto sobre o totemismo de Freud e discorre que não se pode “comer” o Outro, ou seja, algo que é distinto e estranho; pode-se apenas absorver a substância do que é semelhante.

Como exemplo dos infindáveis conflitos que a relação imaginária pode ocasionar, a obra literária *O senhor das moscas* apresenta o desfecho de quando não ocorre esse ponto de basta, de quando não se dá a operação de uma lei. O livro de Willian Golding (1954/2014) protagoniza um grupo de adolescentes sobreviventes de um avião que caiu em uma ilha deserta. Os jovens passam a lutar para obterem os meios básicos de subsistência. Mas o conflito principal da narrativa não é a obtenção de comida e proteção perante os outros animais, e sim resolverem suas próprias divergências. E como resolver discordâncias sem uma lei paterna instituída, sem alguém que exerça uma função de corte, uma função paterna que institua uma lei para todos? Desse modo, na falta de uma função paterna, os garotos instituem sua própria lei e, cada um deles, tenta ocupar essa função paterna. O resultado é que se iniciam uma série de assassinatos em uma tragédia que só para quando um navio tripulado por adultos chega à ilha.

Quer se trate de sintomas ou atos falhos, ou o que quer que seja que se inscreva no que encontramos e reencontramos incessantemente, e que Freud manifestou como sendo sua realidade essencial, trata-se ainda e sempre de símbolos. Eles se encontram funcionando a partir da articulação do significante e do significado (LACAN, 1953/2005). Já esmiuçamos sobre esse registro ao longo dos outros capítulos frisando o papel que ele exerce na construção do senso compartilhado de realidade por meio da cadeia significante.

Azzi (2007) argumenta que a realidade, além de ser garantida ao sujeito por meio do imaginário (imagens, identificações e fantasias) e pelo simbólico (representações), que conformam o campo de sua constituição, ou seja, o campo do semblante, também precisa ser garantida por um sistema de crenças para que faça algum sentido para o indivíduo. Lacan (1955-1956/1988) conceitua esse sistema de crenças como o ato de acreditar no discurso. Ele usa esse

termo para se referir, dando um exemplo, que existe um ato de fé no discurso científico, ou seja, um ato de acreditar que há algo absolutamente não enganador na matéria, que o mundo não muda de propriedades e formas seguido por um capricho, que há leis físicas e experimentações possíveis de serem explicadas e replicadas. Por isso se fala na crença de uma certa consistência das coisas.

Nesses termos, a matéria não trapacearia, ela não faria deliberadamente com que as experiências sejam contraditórias com a realidade, nós é que nos enganaríamos. O mesmo ocorre em concepções religiosas que designam regras e fundamentos celestes. Todas essas ideias partem da concepção de um princípio na base: a noção da lei que garante a verdade da realidade. Desse modo, a ordenação da cadeia significante pelo Outro, deriva de um princípio que só pode se exercer se não for questionado pelo sujeito. Trata-se do princípio que deve ter inquestionavelmente razão, por ser a própria possibilidade de julgamento factual sobre verdade e erro, o que torna a realidade uma razão que não se explica (LACAN, 1964/1998).

Contudo, o que pudemos observar no segundo capítulo é que existe um limite para essa lei, para o que pode ser explicado por meio de palavras, números ou símbolos, ou seja, existem furos na cadeia significante, na lógica de explicações. Tal limite inaugura outro tipo de realidade, que Lacan nomeou como real. Assim, a terceira e última dimensão, o real, é um conceito que vai ocupando um papel de importância crescente ao longo do ensino de Lacan.

Lacan (1953/2003) descreve o real no texto “Real, simbólico e Imaginário” como o registro que escapa ao simbólico e ao imaginário e, desse modo, o encontro com ele se dá por uma ruptura entre a percepção e a representação consciente. Por esse viés, o real não é algo apreensível, mas, certamente, é algo com o qual o sujeito tem de se haver.

Já em “O Seminário, livro 3: As psicoses”, Lacan (1955-1956/1988) nomeia o Real como o que volta sempre ao mesmo lugar, como os astros e as estrelas. Nessa obra também, com as suas contribuições ao conceito de *verwerfung* de Freud, o Real vai ser por ele definido como o que escapa à simbolização. Podemos observar então que o real tem uma distinção muito importante com relação ao juízo de realidade: o real é o que é tirado da realidade, subtraído, para que a mesma possa apresenta-se aparentando integração e sentido. Ou seja, o real é justamente aquela instância que não tem sentido, que não se integra, o impensável, o que não se nomeia.

Retomando a pergunta formulada no início desse tópico – o que faz com que se tenha a crença em uma realidade – podemos invertê-la, ao considerarmos as construções teóricas referentes ao real, para as seguintes questões: se o que mais encontramos, ao observarmos como a realidade se manifesta, são justamente disparates, incoerências, confusões, tragédias, por

quais vias supomos que ela seria uma totalidade organizada e coerente? Se somos nos deparamos com uma realidade organizada e dotada de sentido, o que permitiria essa sensação de coesão? A hipótese, bastante provocativa que Lacan dá para essa pergunta é que é subtraído algo da realidade, é retirada uma parte dela para que ela faça sentido. Essa parte escamoteada que é retida, que se repete em sua falta de sentido, é justamente o real.

Se pensarmos a realidade como junção apenas do imaginário com o simbólico, ela seria uma ordem de estabilidade lógica e topológica, que liga elementos e leva ao efeito necessário de ordenamento do mundo em um sistema regular. Tal sistema possuiria, assim, uma consistência lógica, baseada em suas próprias leis, o qual chamamos discurso. O termo realidade assinaria o objeto, seus traços, seu lugar e seu nome; contudo, o real sempre reivindica seu lugar e coloca em xeque toda a lógica cogitada.

De um modo geral, o real vai aparecendo nas figuras que marcam a constituição da subjetividade, as quais Lacan (1956-1957/1995) vai discernir na obra "A relação de objeto", o complexo de Édipo como: a função do pai imaginário, que seria o que se espera da função do pai em determinada cultura; o pai simbólico, que seria o que opera a castração e simboliza a falta para o sujeito; e o pai real, que emerge no segundo tempo do Édipo e tem a função de privar a criança da mãe, impedindo assim uma relação simbiótica entre os dois.

Lacan (1964/1998) busca em seu ensino no texto "O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise" nomear essa perda de um fragmento da realidade, que aparece por meio do real, como trauma. Em tal ponto da teoria de Lacan, o trauma é descrito como algo não acidental, sendo, justamente, esse furo, essa carência de sentido que não se consegue mais acessar pela linguagem e que, por isso, aparece como real na forma do que nele há de inassimilável. O psicanalista vai desenvolvendo essa ideia a partir da concepção de Freud sobre o recalque. Isso porque, como vimos, para Freud existe um núcleo do recalque que atrai todos os demais recalques posteriores. Segundo a interpretação de Lacan (1953/2003), o recalque originário é exatamente o momento em que o simbólico se estabelece. Com isso ele assinala que os elementos traumáticos são fundados numa imagem desintegrada sobre a qual o sujeito não tem controle, mas que, a partir dela, se produzem os lapsos da síntese da história do falante.

Ainda em "O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", Lacan (1964/1998) chama a atenção para a realidade do inconsciente, que está intimamente sustentado no sexual, embasado no quesito da combinação entre a sexualidade humana e os significantes. Essa construção vai se desenvolvendo para, no fim do seminário, se dar a sustentação de que o verdadeiro trauma do sujeito é a existência da linguagem, é a castração e

a dependência do sujeito ao significante. O significante não é concebido, desse modo, como um mero acidente que ocorre na vida do falante. E é justamente pela exploração dos limites da linguagem que se chega ao real e aos modos de enunciação da verdade advindas no trauma.

Posteriormente no ensino de Lacan, chegamos a um segundo ponto da teoria entre a linguagem e o real, que vai aparecer no que o autor chama de Teoria do discurso do laço social, em “O Seminário, livro 17: O avesso da Psicanálise” (1969-1970/1992), que disserta sobre como se dão as trocas simbólicas. O discurso é concebido como um modo de relacionamento social representado e fundado pela estrutura da cadeia significante; embora, como vimos, nem tudo é significante em tal estrutura. A partir disso, é problematizado o que ordena e regula o vínculo social entre os indivíduos. Lacan então desenvolve que há, na cultura, um pacto social para tentar negar e afastar o real. Isso ocasiona que todo laço social esteja organizado em torno de um impossível, em torno de impossibilidades fundamentais. Como vimos, o próprio Freud (1930/2011) também fala dessas impossibilidades de satisfação no texto “Mal-estar na civilização”. O real é concebido, no *Seminário 17* (LACAN, 1969-1970/1992), como o impossível: o impossível de nomear, de representar, de incluir nas trocas sociais.

Com essa análise podemos concluir que o modo utilizado para recobrir o real é fazer consistir uma “realidade” sem sua aparição, contudo ela não tem qualquer existência intrínseca, porque é apenas um véu tecido de imaginário e de simbólico. Como consequência a essa medida de proteção frente àquilo que escapa ao significante e à imagem, é ocasionada uma disjuntura, um hiato entre a linguagem e o real, entre a “realidade” e o real.

A partir desse processo de fazer bordas ao real, na neurose se dá a entrada no simbólico, que enquadra e divide os universos humanos, dando-lhes um significado, e nomeando modos pré-fabricados de dizer sobre o desejo. Consequentemente o signo produz um mundo em que as gramáticas de enunciação, os jeitos de se dizer o que se quer, já estão todos produzidos simbolicamente. Contudo, o sujeito pode se servir da linguagem dos significantes para inventar outro modo de estar na cultura. Assim, o simbólico, ao mesmo tempo em que mostra que existe algo a mais do que ele, algo que lhe escapa, também se expressa na neurose como um meio de encontro, de inscrição do desejo ao campo do Outro.

Por outro lado, na psicose, o real aparece sob a marca do engano, ele é capaz de subverter qualquer que seja a ordem, mítica ou não, no próprio pensamento, e o mundo se transforma então numa fantasmagoria. Consequentemente, o que fala na alucinação é o real; e o que fala no real para o sujeito é a sua própria fala que é falada por um outro, um outro que é ele mesmo. Segundo Azzi (2007), com isso o psicótico contesta o princípio de ordenação discursiva do significante que não se explica; a perda da realidade resultaria de sua recusa em aceitar a coesão

arbitrária da realidade imposta pela palavra. A forclusão incide não propriamente sobre o significante, mas sobre a função de comando que lhe deveria ser atribuída, ou seja, a palavra perde o sentido, se converte em meros sons.

Elia (2004) analisa a construção da teoria lacaniana sobre o real e nos traz que é essa instância que dá a conjunção de irrealidade a toda percepção humana, este "pouco de realidade", próprio a tudo que é introduzido no mundo dos seres falantes pelo significante. Assim, nas palavras de Elia, o que seria uma estrutura que não incluísse o real? O que seria um real que não fizesse parte da estrutura (RSI) ou do qual pudéssemos dizer que ele "não é estruturado"? Ora, uma estrutura que excluísse o real seria uma estrutura puramente racional, vazia, a estrutura da representação, incompatível com a própria noção de significante. Sobre isso, o autor ainda salienta que se o inconsciente é estruturado, sua estrutura não poderia coincidir somente com o registro do simbólico, mas deve incluir o imaginário - que é o registro no qual o ser encontra sua consistência através da significação fálica - e o Real - que concerne não apenas ao *objeto a*, mas ao sujeito no nível de seu ser.

Assim, faz-se necessária uma integração dessas três instâncias à noção de realidade na psicanálise. Lacan (1953/2005) sublinha que, para Freud o R, S e I ficam independentes, à deriva e, a fim de fazer consistir sua construção teórica, Freud precisou de um elemento a mais. Então desenvolveu que o conceito de realidade psíquica exerceria essa função, ou seja, esse quarto elemento que enodaria os três elementos independentes. Em outros termos, a realidade psíquica aparece novamente como a cena na qual o sujeito precisa sustentar as três instâncias juntas, encontrando uma medida comum a elas. É no sentido da necessidade de um quarto elemento que Lacan introduz que a realidade do discurso tem de ser vista em uma espécie de laço social que uniria as três dimensões. Esse ponto de articulação entre as três dimensões se dá, para Lacan, pelo Nome do Pai.

Isso porque, como vimos, a metáfora paterna é formulada como aquilo que permite ao ser do ente, que precisa ser significado, inscrever-se no significado fálico (AZZI, 2007). Se nos embrenhássemos mais nesse caminho, chegaríamos ao conceito de nó-borroneano proposto pelo psicanalista francês, que se refere ao uso de uma topologia borroniana para pensar o enlaçamento dos três registros na análise da questão do vínculo com a realidade. Contudo, não nos adentraremos a esse conceito por envolver toda uma complexidade à parte da questão atual da nossa pesquisa.

Pudemos vislumbrar, ao longo do nosso desenvolvimento teórico nesta dissertação, que o simbólico possibilita o acesso às outras duas instâncias de realidade por meio da dimensão da fala, o que implica reconhecer que tanto o registro imaginário quanto o real dependem do

símbolo para serem reconhecidos como tais. Defender a ideia de que o imaginário e o real só podem ser acessados pelo simbólico, segundo Silva (2017), pode gerar a impressão de uma primazia atribuída a esse registro. Contudo, segundo tal autora, Lacan não diz que o registro simbólico possui uma importância desigual em relação aos outros, mas apenas reconhece que é da linguagem que partimos para discursar sobre o imaginário e o real, ou seja, o real está na linguagem assim como o imaginário. O ponto crítico está, assim, em assumir que não há outro modo de acesso possível. Portanto, a função da fala não é corresponder linguagem e realidade dada, mas engendrar uma realidade.

Para finalizar, relacionando os conceitos aqui discutidos, podemos vislumbrar que é devido à presença do real que a realidade se torna dividida. Por um lado, a realidade simbólica, a imaginária e o eu, no que se referem à sua consciência, seu estado de alerta, sua racionalidade e coerência. Por outro, o real, o *isso*, em sua inconsciência, nos sonhos, atos falhos e irracionalidades. Portanto, a realidade não é uma só instância, não podemos concebê-la como sinônimo ou separá-la do real: a realidade é o entre essas duas coisas, o hiato, aquilo que é produzido pela divisão.

CONCLUSÃO

A partir do momento em que somos sujeitos falantes, nossas necessidades mais primitivas estão fadadas a um teor linguístico. A capacidade de representação de um objeto por meio de símbolos impossibilita o encontro com o objeto real que poderia corresponder às representações do objeto desejado. Além disso, por estarmos inscritos no campo da linguagem, mesmo antes de nascermos, somos atingidos por uma infinidade de leis e símbolos que nos nomeia, nos toma como objetos, nos dá um lugar e nos aliena frente ao que somos e desejamos, mas que também articula nosso desejo e narrativa. Esse momento está tão imbrincado na nossa constituição, que sequer sabemos ser sujeitos sem essa alienação. Nesse sentido, o que foi discutido na presente dissertação se propôs a analisar a função operativa da linguagem na constituição da realidade e, em consequência, fomos levados a algumas formulações fundamentais. É desse modo que entendemos, conforme a estudo teórico realizado, que a função operativa da linguagem é atestar que não há um referente para o nome.

Tais empreendimentos teóricos e formulações posteriores não só se revelaram como fontes potenciais explicativas sobre a questão da pesquisa, mas expuseram impasses próprios frente à abordagem de alguns tópicos. Uma das limitações que surgiram se refere à impossibilidade de dizermos precisamente até onde a linguagem se revela como determinante psíquico, isso não só porque a linguagem não abarca toda a realidade, como que não podemos traduzir, em palavras, seu alcance e o que não se institui como tal. A partir disso, em nossos estudos o real se apresentou como o representante do que não pode ser dito, daquilo que nos aparece demarcando o furo das inscrições significantes. Apesar dos impasses encontrados, tal pesquisa conseguiu trazer articulações e desenvolvimentos teóricos, o que não esgota a necessidade de continuidade das investigações, estruturações e construções concernentes à temática.

Na primeira parte desse trabalho analisamos as aproximações iniciais no que corresponde ao conceito de realidade e, para isso, expomos as tentativas em defini-la orquestradas pela metafísica. Antes de falar propriamente de realidade, fez-necessário entender como se daria nossa metodologia de pesquisa, assim como as características de uma pesquisa teórica em psicanálise. Posteriormente, mostramos os encontros e desencontros entre esse discurso filosófico e a psicanálise, dentre os quais a psicanálise traz como pontos inaugurais, propostos por Freud, a hipótese do inconsciente, o conceito de realidade psíquica e a articulação destes com o desejo.

Na segunda parte discorremos, a partir dos conceitos trabalhados no capítulo anterior, sobre a prevalência incontornável do papel que a linguagem, pensada e trabalhada pela psicanálise, exerce na percepção. Pudemos extrair que em Freud (1950[1895]2003) se fala da realidade do inconsciente, ou realidade psíquica. A partir disso, trabalhamos as teorizações sobre o significante, conceito que Lacan (1955-1956/1988) faz uma releitura a partir Saussure, e vimos como os signos se articulam em uma cadeia significante por meio de metáforas e metonímias em torno do objeto de desejo. Nessa investigação, demonstramos que a linguagem aparece como constituinte do sujeito, mas não de forma determinante, promovendo modos de posicionamento frente ao Outro, influenciados pela metáfora paterna. Assim, o complexo de Édipo funda a concepção de castração em Freud, conceito que é desenvolvido por Lacan a partir da função do pai, abarcando o que ele chama de Nome-do-Pai. Ambos os autores falam, assim, da inauguração de uma lei da linguagem, que ordena todo o discurso.

A terceira parte analisou aspectos mais estruturais da linguagem. Nesse viés, a discussão se encaminhou para como os modos de discursos fundamentam o que a psicanálise chama de estruturas clínicas. Vimos que as estruturas clínicas se instituem como posições frente ao desejo e ao Outro. Demonstramos também que a apresentação das hipóteses do complexo de Édipo e do Nome-do-Pai funcionam como pontos cruciais na inauguração das três estruturas clínicas: a neurose, a psicose e a perversão. Em seguida, fundamentamos como se dá a apresentação dos sintomas na neurose e de quando a metáfora paterna falha, culminando nos fenômenos da psicose. A partir disso, destacamos as distinções e simetrias no modo de se posicionarem frente ao Outro e frente à própria fala nessas duas estruturas. No fim ressaltamos que realidade não é sinônimo de linguagem, racionalidade, compreensão. Foi desse modo que, no fim do nosso trabalho, se fez necessário explorar as estruturações lacanianas a partir das amarrações dos três registros – real simbólico e imaginário – constituindo a realidade psíquica. Assim, uma realidade tida como previsível, consciente, racional e coerente se dá justamente quando desconsideramos o real, em sua inconsciência, em sua não realização e não simbolização. A realidade, ou realidade psíquica, é o entre esses três registros. É por isso que podemos dizer sobre ela nunca é tudo, o que a verdade consegue enunciar é sempre parcial, problemático e provisório.

Portanto, as teorizações freudianas e lacanianas citadas foram capazes de nos trazer diversas hipóteses teóricas concernentes à dimensão da realidade; e a conclusão desse trabalho chamou a atenção para o fato de que reconhecer o papel que a linguagem exerce requer considerar também o registro do real, que aparece nas obras de Lacan como o que não cessa de não se escrever, como o impossível, o impensado. Freud e Lacan, segundo nossa investigação,

são considerados pioneiros na inauguração de um método, uma técnica e um tratamento clínico que rompem com o discurso estabelecido, de mestria, o qual diz o tempo todo como devemos conceber o mundo. Assim, eles iniciam um novo tipo de discurso clínico, metodológico, técnico e, porque não, científico, que busca não “neurotizar” o tratamento em manuais ortodoxos de etiquetas (que visam adaptar o indivíduo a uma realidade elevada a sinônimo de verdade); constroem um método de tratamento que se esforça por não conceber as estruturas clínicas a partir de parâmetros normativos, o que culminaria em uma associação das que não se encaixam, a processos mórbidos. Compreendemos que conceber um tratamento baseado na tentativa de adaptação a um senso de realidade ancorado no protótipo de verdades, produzido pela exclusão do real, resulta sempre em uma empreitada fracassada, já que o real rompe com tal simetria e com a lógica arbitrada.

A partir do ponto em que chegamos com os nossos desdobramentos conceituais, algumas teorizações a serem abordadas e desenvolvidas nos parecem essenciais em futuras explorações: o conceito de *Das ding*; a ligação dos três registros ao que Lacan desenvolve como nó-borroneano; discorrer sobre a posição frente ao Outro e à própria fala também na perversão; um aprofundamento maior sobre as raízes antropológicas do conceito de estruturas em Lacan. Contudo, em tal dissertação, desde o início não se pretendia esgotar os conceitos tratados, mas, ao contrário, almejava-se estudar e problematizar as hipóteses, o que acabou por nos remeter a outras hipóteses e problematizações.

Espera-se que o presente trabalho tenha sido capaz de fornecer alguns esclarecimentos no caminho da compreensão sobre as especificidades da psicanálise no que se refere às investigações da função operativa da linguagem na constituição da realidade - que aqui passamos a entender como a realidade psíquica - assim como possa contribuir ao desenvolvimento da pesquisa em psicanálise e na prática clínica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIELLO-FERNANDES, R. A; AMBROSIO, F. F; VAISBERG, T. M. J. A. **O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares**. Anais da X Jornada Apoiar. Instituto de Psicologia da USP, 2012.
- ASSIS, M. de. **O Alienista**. Papéis Avulsos. São Paulo: Lombaerts & C, 1882.
- AZZI, I. C. S. **Realidade: uma razão que não se explica, mas se crê**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ágora, 2007, v. 10.
- BEIVIDAS, W. **Excesso de transferência na pesquisa e psicanálise**. Inconsciente e sentido: ensaios de interfaces entre psicanálise, linguística e semiótica. São Paulo: Annablume, 2014.
- BIRMAN, J. **Os impasses da cientificidade e seus destinos na psicanálise**. In: Psicanálise, ciência e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CARMO, E. B. **Os três tempos do Édipo em Lacan e a terceira margem do rio em Rosa**. São Paulo: Centro de Estudos Psicanalíticos, 2009.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Memórias do Subsolo**. Tradução de Boris Schaiderman. São Paulo: Editora 34, 2000.
- ELIA, L. F. **O Conceito de sujeito**. Psicanálise passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FLUSSER, V. **Língua e realidade**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- FREUD, S. (1887-1904) **Cartas A Wilhelm Fliess**. Ed. Barcelona: Amorrortu, 1986.
- _____. (1950[1895]) **Projeto de uma psicologia**. In: FREUD, S. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003, p. 385-529.
- _____. (1900) **A interpretação dos sonhos**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- _____. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras completas: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, n.1, v.6, 2016.
- _____. (1911a) Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [dementia parandides] relatado em autobiografia. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos**. Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Col. Obras Completas, 10).
- _____. (1911b) Formulações sobre dois princípios do funcionamento psíquico. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”):**

artigos sobre técnica e outros textos. Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Col. Obras Completas, 10).

_____. (1912) Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos.** Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1913) Totem e Tabu. In: _____. **Totem e Tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos.** Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 155-244. (Col. Obras Completas, 11).

_____. (1915a) Comunicação de um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica. In: _____. **Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos.** Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 195-208 (Col. Obras Completas, 12).

_____. (1915b) O inconsciente. In: _____. **Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos.** Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 99-150. (Col. Obras Completas, 12).

_____. (1915c) Os instintos e seus destinos. In: _____. **Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos.** Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c, p. 51-81 (Col. Obras Completas, 12).

_____. (1917) Terceira parte: teoria geral das neuroses. In: _____. **Conferências Introdutórias à Psicanálise.** Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 325-613. (Col. Obras Completas, 13).

_____. (1920) Além do princípio do prazer. In: **"O Homem dos Lobos" e outros textos.** Tradução Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161-239 (Col. Obras Completas, 14).

_____. (1924a) A perda da realidade na neurose e na psicose. In: _____. **Neurose, psicose e perversão.** Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. São Paulo: Autêntica Editora, 2016, p. 279-286 (Col. Obras Incompletas de Sigmund Freud).

_____. (1924b) O declínio do complexo de Édipo. In: _____. **Neurose, psicose e perversão.** Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. São Paulo: Autêntica Editora, 2016, p. 259-270 (Col. Obras Incompletas de Sigmund Freud).

_____. (1925) A negação. In: _____. **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos.** Tradução de Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 275-282 (Col. Obras Completas, 16).

_____. (1930) **O mal-estar na civilização.** Tradução Paulo César Lima de Sousa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011 (Série Grandes Ideias. Col. Obras Completas)

GARCIA-ROZA, L. A. **Pesquisa do tipo teórico**. Psicanálise e universidade - revista do núcleo de pesquisa da pós-graduação em psicanálise da PUC/SP. 1º Encontro de pesquisa acadêmica em psicanálise, 1991, p 9-32.

GOLDING, W (1954). **O senhor das moscas**. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GUERRA, A.M. (2011). **Profanação e resistência: psicanálise, pesquisa e intervenção social**. In: H. Caldas, S. Altoé. Psicanálise, Universidade e Sociedade (pp. 67-80). Rio de Janeiro: Cia de Freud: PGPSA/UERJ.

GUIMARÃES ROSA, J. O espelho. In: **Primeiras estórias**. Belo Horizonte: Nova Fronteira, 1962/2005, p. 78-83.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LACAN, J. (1966[1949]) O estágio do espelho como formador da função do eu. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 96-103.

_____. (1946) Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 537-590 (Col. Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1966[1955]) Variantes do tratamento-padrão. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 325-364 (Col. Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1966[1957]) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 537-590.

_____. (1966[1958]) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 537-590.

_____. (1966[1965]) A ciência e a verdade. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1953) Discurso de Roma. In: _____. **Outros Escritos**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 139-172 (Col. Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1953) **O simbólico, o imaginário e o real**. In: _____. Nomes-do-Pai. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (1953-1954) **O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986 (Col. Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1954-1955) **O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Tradução de Marie Christine Lasnik Penot e Antonio Luiz Quinct de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985 (Col. Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1955-1956) **O Seminário, Livro 3: As psicoses**. 2. ed. rev. Tradução de Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

_____. (1956-1957) **O Seminário, Livro 4: A relação de Objeto**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. (1964) **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1969-1970) **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1971) **O Seminário, livro 18. De um discurso que não fosse semblante**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

LAGOAS, J. M. **O problema da percepção na psicanálise de Freud a Lacan**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LÉVI-STRAUSS, C (1949). A eficácia simbólica. In: _____. **Antropologia estrutural**. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA, K. J. P. de; APEL, N. T.; OLIVEIRA, A. M. M. de. O inconsciente de Freud A Lacan. **Akrópolis Umurama**, v. 24, n. 2, p. 95-112, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v21i1.2017.6070>.

MALEVAL, J. C (2003). Elementos para uma apreensão clínica da psicose ordinária. Tradução de Rogério da Silva Paes Henriques e Joel Birman. **Clínica e cultura**, v. 3, n. 1, p. 105-169, 1. sem. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/2841/2993>>. Acesso em 12 jul. 2018.

MESAN, R. **Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões**. São Paulo: Jornal de Psicanálise, p. 227-247, 2006.

MIELI, P. Uma nota sobre a diferenciação estrutural de Freud entre neurose e perversão. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 34, n. 63, p. 91-102, 2012. ISSN 0102-7395. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010273952012000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MILLER, J. A. **Lacan elucidado – Palestras no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

MOREIRA, J. O. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 219-227, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000200008>.

NOGUEIRA, L. C. A pesquisa em psicanálise. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 15, n.1-2, 2004. ISSN 1678-5177.

PESSOA, F. Episódios/A múmia. In: _____. **Cancioneiro**. Organização de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 76-80. Poema original publicado em 1917.

QUINET, A. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Teoria e Clínica da Psicose**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

SAFRA, G. Pesquisa Com Material Clínico. **Psicanálise e Universidade**. São Paulo, v. 1, p. 51-72, 1994.

SALES, L. S. Consistência do Édipo na psicanálise lacaniana: símbolos zero para o desejo. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 20, n. 1, p. 209-220, 2008. ISSN: 1984-0292. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922008000100020>.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Obra original publicada em 1922.

Schreber, D. P (1903). **Memórias de um doente dos nervos**. Tradução de Marilene Carone. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SILVA, L. C. **O estatuto do Outro no pensamento de Jacques Lacan**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOLER, C. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **O inconsciente: o que é isso?** São Paulo: Annablume, 2012.

TEIXEIRA, A. CALDAS, H. P. **Psicopatologia lacaniana**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.